



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**



**PEDRO ROBERTO DOS SANTOS**

**PENSAMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: O INSTITUTO STEVE BIKO**

Salvador  
2010

**PEDRO ROBERTO DOS SANTOS**

**PENSAMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: O INSTITUTO STEVE BIKO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosangela Costa Araújo

Salvador  
2010

**PEDRO ROBERTO DOS SANTOS**

**PENSAMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: O INSTITUTO STEVE BIKO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

**Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Rosângela Costa Araújo (Orientadora) - Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Fernando Antonio de Paula Passos - Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Sílvio Humberto dos Passos Cunha – Universidade Estadual de Feira de Santana

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Supremo Criador e às forças da natureza, molas propulsoras na engrenagem da minha vida, sem as quais não poderia fazer esse longo percurso e ter chagado ao final vitorioso.

A minha mãe – Laura do Santos, mulher, esposa e mãe de valor suntuoso, por ter me ensinado o valor do amor, pela força e coragem que desde cedo me ensinou a ter para percorrer os caminhos da vida com respeito, dignidade e sinceridade.

Ao meu pai – José dos Santos, homem forte, corajoso, disposto sempre a enfrentar os desafios da vida, e que hoje para mim é um exemplo de vida e de sobrevivência. Aos meus irmãos e irmã, Terezinha, José Carlos e José Antonio que mesmo distante fisicamente, estiveram presentes na emanção de energias positivas torcendo pelo meu sucesso.

Ao meu afilhado Claudio Santana, exemplo de jovem, sério, comprometido e responsável, que me apóia sempre que necessito.

A todos os familiares... Sobrinhos, primos, tios que sempre me admiraram pela minha coragem de enveredar por esse caminho, em especial a minha tia Maria de Lourdes Macedo dos Santos, querida Tia Nem, e ao meu tio José Ferreira dos Santos.

As minhas colegas de curso, hoje amigas inseparáveis Camila Guedes, Cicleide Limoeiro, Lindinalva Santos e Simone Bispo. Obrigado por fazerem parte da minha caminhada acadêmica, cúmplices de momentos ímpares e por seguirem fazendo parte da minha vida para sempre.

Ao Instituto Steve Biko, a instituição que mudou a minha vida enquanto cidadão, em especial as pessoas de Silvio Humberto, Jucy Silva, Renato Santos, Sandra Oliveira, William Silva, a todos os professores e professoras que tanto contribuíram para que essa jornada se tornasse concreta, obrigado.

Aos alunos que estiveram juntos comigo nesses quatro anos me tendo como exemplo de superação e de coragem.

A todos os professores e professoras da Faculdade de Educação, Mestres e Doutores que tanto contribuíram para a minha formação de Pedagogo, especialmente a Maria Couto pelo carinho e dedicação.

A minha orientadora Rosângela Costa Araújo, negra, mulher, guerreira, um exemplo de profissionalismo e que tanto contribuiu para a conclusão desse trabalho.

A todos os colegas e todas as colegas de disciplinas que comigo tiveram afinidades, que dialogamos, nos entendemos e nos tornamos amigos acadêmicos, Anderson, Caísa, Diele, Fernando, Gláucia, Lenilda, Rodrigo, Sheila dentre vários outros e outras.

A Jaqueline Dantas Sampaio, minha querida colega e amiga que nos meus momentos de angustias sempre tivera uma palavra de conforto para me oferecer e para alegrar a minh'alma, Jaque, obrigado.

Agradeço as minhas professoras do Ensino Primário, Eleni Rodrigues e Rayra Souza que me fizeram ser o que sou hoje, um educador.

A Daniel Lago Fernandes, meu amigo, que sempre esteve junto a mim durante esse percurso acadêmico.

A Manoel Martins, amigo e companheiro que muito contribuiu para a realização desse meu trabalho, obrigado pelo carinho e pelo apoio.

Aos meus filhos, Luana e Rafael, razão do meu viver, obrigado por vocês fazerem parte de minha vida, essa vitória dedico a vocês.

A Fernando Passos, pessoa de importância inestimável na minha vida e na minha inserção na academia, que me abriu os olhos para o conhecimento acreditando na minha capacidade, amigo, obrigado essa vitória também é sua!

*“A consciência Negra é em essência a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar força com seus irmãos em torno de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem a uma servidão perpétua.”*

*STEVE BIKO, 1971*

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar o Instituto Cultural Steve Biko como instituição formal, pertencente ao movimento social negro, produtora da educação popular, com a proposta inovadora de criação de um curso pré-vestibular voltados para afrodescendentes no intuito de oferecer educação de qualidade a jovens negros e negras, oriundos das classes populares, egressos do ensino público, visando o ingresso nas universidades públicas, com ênfase nos cursos em que negros e negras possuem baixa representação. A persistência do racismo e os seus resultados na distribuição dos espaços de formação do poder, entre elas, a universidade, justifica as ações deste Instituto, hoje de reconhecimento internacional, nacional e local. A proposta do Instituto é conduzir/disseminar uma educação emancipadora, libertária, voltada para a formação crítica e política dos seus educandos pautadas na Cidadania e Consciência Negra, atributos essenciais para a formação de sujeitos críticos, políticos, aptos ao enfrentamento das adversidades cotidianas. Dessa maneira, intenta-se demonstrar a importância dessa instituição na condução de uma educação antirracista, voltada para os valores ancestrais e culturais dos afrodescendentes brasileiro e promotora de ações afirmativas no combate ao racismo, a exclusão e a invisibilidade do povo negro nos espaços políticos e de poder.

**Palavras-Chaves:** Movimento social negro. Educação. Pré-vestibular. Ações afirmativas. Cidadania e Consciência Negra.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCN	Cidadania e Consciência Negra
C&T	Ciência e Tecnologia
CESE	Coordenação Ecumênica de Serviços
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DHAR	Direitos Humanos e Anti-Racismo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Sócios-Econômicos
CP	Câmara Plena
CUT	Central Única do Trabalhador
FOQUIBA	Fórum de Quilombos Educacionais da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEIA	Instituto Central de Educação Isaias Alves



ICSB	Instituto Cultural Steve Biko
LBDEN	Leis de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional
MEC	Ministério da Educação
MN	Movimento Negro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OESA	Organização dos Estudantes da África do Sul
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OGUNTEC	Programa de Fomento de Ciência e Tecnologia
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
POMPA	Projeto Mentas e Portas Abertas
SENUN	Seminário Nacional de Estudantes Negros
SEPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SINTUF	Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1</b>	<b>MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – BREVE HISTÓRICO</b> .....	19
<b>2</b>	<b>O INSTITUTO STEVE BIKO: O COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA PARA A COMUNIDADE ESTUDANTIL E NEGRA SOTEROPOLITANA</b> .....	29
2.1	O NASCIMENTO DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO.....	32
2.2	A ESTRUTURA FUNCIONAL DO INSTITUTO STEVE BIKO.....	35
2.3	O CORPO DOCENTE.....	36
2.4	DE SÓCIOS CONTRIBUINTES A INVESTIDORES SOCIAIS.....	37
2.5	OS POSSÍVEIS EDUCANDOS: QUEM OS SÃO?.....	38
2.6	A PRESENÇA FEMININA: A QUESTÃO DE GÊNERO, SEUS ENCONTROS E DESENCONTROS.....	40
2.7	O INSTITUTO STEVE BIKO E SEUS PROJETOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	42
2.8	O PRÉ-VESTIBULAR.....	43
2.9	CCN - CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA ELEMENTO FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLITICA E CIDADÃ DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO STEVE BIKO.....	45
2.10	POMPA - PROJETO MENTES E PORTAS ABERTAS.....	46
2.11	OGUNTEC – PROJETO/PROGRAMA DE FOMENTO A CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO INSTITUTO CULTURA STEVE BIKO.....	47
2.12	O PROGRAMA DIREITOS HUMANOS E ANTI-RACISMO – DHAR.....	48

2.13	REDES SOCIAIS PARCEIRAS DO INSTITUTO STEVE BIKO: FOQUIBA.....	49
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO E RACISMO NO BRASIL.....</b>	<b>52</b>
3.1	EDUCAÇÃO E ANTIRRACISMO: UM DESAFIO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	60
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>76</b>

## APRESENTAÇÃO

Trabalhos de pesquisa emergem frequentemente de inquietações que vão surgindo à medida que vamos tendo acesso ao conhecimento, abrindo nossos olhos, fazendo com que passemos a refletir sobre a sociedade e o nosso papel no crescimento e desenvolvimento humano. Comigo não foi diferente. Aluno do pré-vestibular do Instituto Cultural Steve Biko – ICSB, tive acesso a fatos diretamente ligados às questões raciais. Hoje, sou aluno formando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia – UFBA e colaborador do ICSB, fazendo trabalhos sempre voltados para a inclusão dos negros nas universidades públicas, a exemplo do pré-vestibular.

Fundado em 31 de julho de 1992, o Instituto Cultural Steve Biko (**Cooperativa Steve Biko**) é fruto da preocupação de jovens negros ativistas da luta contra o racismo, oriundos de comunidades negras e preocupados com a ausência da população afro descendente na Universidade. Esses jovens reconheciam a Universidade como um espaço de poder a ser ocupado pelos negros, como forma de interagir criticamente com o conhecimento hegemônico circulante na academia e, através disso, assegurar a essa comunidade uma inserção mais digna e mais igual na sociedade brasileira. (SANTOS, 1997).

A história demonstra que os negros sempre sofreram em função do racismo exacerbado. Hoje, mesmo após tantos anos da declaração da Constituição Federal, nossa Carta Magna, que, no seu Art. 5º, expressa de forma clara que *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...)”*, ainda percebemos que negros e pardos, mesmo de forma camuflada e velada, dentro do falso “mito da democracia racial”, continuam a viver na escuridão da exclusão, acreditando que ser negro é ser inferior, é ser feio, sujo, incapaz. Além disso, apesar de trabalhos desenvolvidos por organizações não governamentais como o ICSB, falta à comunidade negra acesso a uma educação inclusiva, capaz de despertá-la, levando-a a uma nova perspectiva de vida, longe da servidão.

O ingresso na academia perpassa o enfrentamento de uma realidade em que a maioria dos estudantes negros e negras cruza com olhares cheios de indiferença, expressão mais que evidente do racismo. Conseguir ingressar na academia, para nós negros, na maioria oriundos das classes populares, sem ter tido acesso a uma educação de qualidade representa uma grande vitória e um marco na história dos negros desde a abolição da escravatura. Porém, mesmo que as ações afirmativas sejam promovidas pelo Estado, pelas Universidades Públicas ou de instituições privadas, ainda há muito que se fazer para que a cultura do racismo de fato seja extinta e o mundo construa um novo olhar, um olhar mais sensível, mais humano, mais justo frente à situação de racismo ainda persistente na contemporaneidade.

Ter um olhar mais sensível, mais humano, mais justo, nesse sentido, significa que os homens, principalmente aqueles que ainda nutrem o espírito do racismo, construam em seu interior a capacidade de perceber que, independentemente da cor, origem, credo ou raça de um ser humano, todos são iguais. Assim, acima de tudo, devem-se respeitar as diferenças, a diversidade, a identidade e a alteridade, pois somos dotados da mesma capacidade e inteligência. Quando demonstramos, muitas vezes, dificuldades de aprendizado, pode ser resultado do processo histórico da escravização e da “falsa” liberdade que nos foi dada por conta da assinatura da Lei Áurea<sup>1</sup>.

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, em sua própria essência de formador de cidadãos, futuros educadores e formadores de opinião, contribui para uma sociedade mais justa. Os conteúdos abordados nas disciplinas obrigatórias e nas optativas abrem os olhos dos seus alunos para um mundo novo mas ainda cheio das mazelas do passado. Esses conteúdos ajudam-nos a perceber que cabe a nós lutarmos para mudar a emergente situação que ainda perpassa nossa sociedade cruel e capitalista. A academia é um lugar de disseminação, desconstrução e construção de novos conhecimentos, de novos olhares, de uma

---

<sup>1</sup> A Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888, extinguiu a escravidão no Brasil. Foi precedida pela lei n.º 2.040 (Lei do Ventre Livre), de 28 de setembro de 1871, que libertou todas as crianças nascidas de pais escravos, e pela lei n.º 3.270 (Lei Saraiva-Cotegipe), de 28 de setembro de 1885, que regulava "a extinção gradual do elemento servil". (Disponível em Wikipédia.org)

sociedade mais justa e igualitária, de pessoas mais capazes, críticas e reflexivas. Porém, ainda faltam disciplinas voltadas exclusivamente para o estudo e a discussão sobre racismo, preconceito racial, exclusão.

O Instituto Cultural Steve Biko, cujas ações afirmativas serão apresentadas no decorrer desta monografia, foi de grande importância para minha formação, sobretudo, através do contato com o CCN (Cidadania e Consciência Negra), disciplina criada e implantada pelo Instituto Steve Biko no curso pré-vestibular, e que visa ao fortalecimento dos seus estudantes no sentido de elevar a sua auto-estima, de conhecer a sua história, sua ancestralidade e de empoderá-los para enfrentar as adversidades com as quais se deparam no seu cotidiano.

No ano de 2005, conheci o Instituto Cultural Steve Biko como estudante. Era o começo de uma nova realidade para mim, naquele momento da minha vida. Estava sem ter qualquer contato com espaços de educação fazia vinte e quatro anos, pois havia concluído o curso Técnico em Patologia Clínica dentro do antigo ensino de Segundo Grau, no ano de 1981.

No ano de 2005, mesmo diante de todas as dificuldades pessoais e financeiras pelas quais estava passando, resolvi voltar a estudar, por entender e acreditar que o caminho para começar as mudanças seria a Educação. Como não tinha condição financeira suficiente para pagar um preparatório pré-vestibular de grande conceito comercial, resolvi investigar onde encontrar um lugar que se adequasse à minha realidade econômico-financeira daquele momento, e acabei por encontrar o Instituto Cultural Steve Biko. Não imaginava que o Instituto seria o que é. No começo, confesso que foi estranho todo aquele discurso. Era algo novo, que não imaginava que existisse.

Sou egresso do ensino público e sabemos que, no momento atual, mesmo diante de tanta discussão em relação às questões raciais, a escola pública ainda resiste em trazer à luz do conhecimento a trajetória do povo negro desde a sua diáspora até o momento contemporâneo. Então, para mim, que fui estudante praticamente dentro do período militar brasileiro, momento tão delicado para as discussões libertadoras, fiquei a pensar ser verdade ou não tudo o que acabara de encontrar.

Naquele ano consegui o meu passaporte para o mundo acadêmico, pois fiz alguns vestibulares e consegui aprovação em algumas Instituições, preferindo permanecer na Universidade Federal da Bahia, no curso de Pedagogia.

No ano de 2007, fui convidado pela diretoria pedagógica do ICSB para ser estagiário junto ao Projeto Pré-vestibular. No ano seguinte, 2008, continuei como estagiário da coordenação pedagógica. Em 2009, além da contribuição que dava no pedagógico, tive a oportunidade de fazer o meu estágio docente também no ICSB ministrando aulas de CCN (Cidadania e Consciência Negra), em dois grupos existentes naquele período, uma turma matutina e outra noturn. A disciplina, ou seja, o estudo sobre Cidadania e Consciência Negra, é uma ferramenta de ensino/aprendizagem instituída pelo Instituto Steve Biko para fazer a diferença junto aos que passam por ele como estudantes, objetivando um conhecimento mais amplo a respeito da sua história enquanto cidadãos no contexto histórico e social e no fortalecimento da sua auto-estima, para os enfrentamentos que se seguem após a sua passagem pela “Biko” (apelido carinhoso atribuído ao Instituto pelos alunos e funcionários).

Em 2010, não poderia mais permanecer como estagiário por conta do tempo que a lei de estágios regulamenta: 24 meses na mesma instituição. Porém, mais uma vez, fui convidado a permanecer no Instituto como assistente pedagógico para mais um período no pré-vestibular.

Durante todo esse tempo junto ao Instituto, alguns fatos têm me chamado bastante a atenção. Durante todo o ano, a procura é significativa por parte da população para fazer o preparatório para os vestibulares no ICSB. No entanto, para a inserção no pré-vestibular do Instituto, faz-se necessário cumprir todo um procedimento por não ser este um estabelecimento de ensino com cunho lucrativo. Sua filosofia é de integrar, preparar, formar e incluir jovens, homens e mulheres no mundo acadêmico empoderados e conhecedores dos seus direitos enquanto cidadãos.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar o Instituto Cultural Steve Biko como Instituição que faz parte do movimento social e do movimento negro, instituição esta, promotora de educação formal, que tem como ideologia política o resgate do estudante negro, desfavorecido social e economicamente e oriundo do ensino público. O Instituto trabalha com esse sujeito com a perspectiva de ingresso no ensino superior, preferencialmente os oferecidos pelas universidades públicas, palco em que, por longas datas, estiveram em cena quase que exclusivamente os não negros, atores sociais privilegiados.

O Instituto Cultural Steve Biko se antecipa nesse aspecto guiado pelo pensamento político e ideológico dos seus fundadores, quando pensaram em tornar exequível a possibilidade de um espaço de educação formal. O objetivo maior do Instituto é inserção dos excluídos da nossa sociedade no ensino superior, especificamente no ensino superior público, um direito de todos, mas ocupado pela hegemonia não negra da cidade de Salvador, ainda que essa cidade se configure como a mais negra do mundo fora do continente Africano.

Portanto, tendo sido idealizado e fundado no ano de 1992, e chegando a sua maioria agora no ano de 2010, o Instituto Cultural Steve Biko, faz dezoito anos realizando “Ações Afirmativas<sup>2</sup>”.

Na cidade de Salvador, capital da Bahia, há a maior concentração de negros e negras do país. Sua população é composta por 80% de afrodescendentes segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e, de acordo com o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, a situação da população negra local não difere da realidade nacional. A segregação racial está presente e se manifesta de várias maneiras na sociedade soteropolitana; no aspecto sócio-econômico se expressa com mais evidência.

---

<sup>2</sup>A partir do início desse século, mais especificamente após o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, ano 2002, fala-se muito em ações afirmativas, principalmente depois que foram lançadas as medidas que implementaram os programas das “Políticas Compensatórias” voltadas para a grande população negra brasileira, que, durante cinco séculos, foi violentada nos seus direitos fundamentais.



O projeto educacional brasileiro, durante longos anos, foi um dos mecanismos utilizados pela elite político-econômica para reforçar as diferenças de classes sociais e excluir a população negra de qualquer ascensão sócio-econômica. Em seu artigo intitulado *“As políticas de Ação Afirmativa no Brasil”*, Maria Salete Corrêa Carvalho diz que:

É notório que, a partir da abolição, os sobreviventes da escravidão e seus afro-descendentes de hoje foram simplesmente submetidos a um sistema econômico excludente e também a um sistema educacional mono-cultural e eurocêntrico, estranhos a sua história, sua cultura e a sua concepção de mundo, proporcionando uma submissão cultural e econômica tão sofrida quando da ocorrida durante a escravidão. (2008)

Diante desses fatos históricos e da situação em que nos encontramos na contemporaneidade, têm surgido movimentos sociais com o intuito de suprir as deficiências que o Estado deixa em aberto junto à comunidade negra, camada tão expressiva da população na cidade de Salvador. Para atender às especificidades, o Movimento Negro (MN) apresenta-se em instituições culturais, como os blocos carnavalescos e os blocos afros; organizações que denunciam o crime de racismo e violação dos direitos humanos; organizações que buscam elevar a escolaridade da população negra, através do ingresso nas universidades. Ainda segundo Carvalho (2008).

“Os movimentos sociais negros atuam de forma indelével nestes processos, ao auxiliar na superação (e nova emancipação) com relação às novas espécies de dominação ideológica do capitalismo, que possuem o auspício das elites e autoridades brasileiras. Seriam importantes, entre estes movimentos, para Costa (2007), a implementação de ações afirmativas, do multiculturalismo, o combate do preconceito e discriminações, a proposição das africanidades brasileiras e da necessidade de se enaltecer a cultura negra como um dos pilares formadores da sociedade brasileira”.

Na década de 90, ocorreu, no Brasil, a explosão de cursos pré-vestibulares populares criados por diversas organizações dos movimentos sociais, desde trabalhadores em educação a grupos comunitários. Esses cursos surgiram dentro de uma perspectiva emancipatória e popular, estimulados pelo crescimento de vagas no ensino superior e destinados a uma parcela da população que é colocada em situação de desvantagem pela situação de pobreza que lhe é imposta.

O surgimento de cursos preparatórios, a partir da década de noventa, tinha como público-alvo os negros e carentes. Esse recorte racial é resultado das reivindicações de movimentos sociais para reparar as desigualdades históricas, como a falta de oportunidade e a carência de políticas públicas voltadas para a reparação social dos danos causados aos negros e às negras e seus descendentes no período da escravidão e pós-abolição. Os movimentos sociais, através de várias ações, vêm pressionando, num processo permanente, as autoridades brasileiras para melhorar a educação no Brasil.

Os cursos pré-vestibulares populares se preocupam não apenas em preparar seus alunos para o exame do vestibular, mas também com a formação e a prática política de seus educandos. O Instituto, desde o seu nascimento, já tinha compreendido a importância do processo educacional formal para ascensão política, socioeconômica e cultural dos afro-descendentes no Brasil, em especial na cidade de Salvador-Bahia.

O ICSB foi a primeira entidade do movimento negro na Bahia a direcionar sua atuação com o objetivo de aumentar a população negra nas universidades. Hoje, o Steve Biko é tido não só como cursinho pré-vestibular para afrodescendentes, mas como centro cultural e político para a comunidade negra.

O CCN faz parte do projeto de formação política do Instituto. Dentre os objetivos do CCN, está a preocupação em promover a conscientização e o resgate da cultura afro-brasileira, focando aspectos da ancestralidade, religiosidade, referências de luta da diáspora africana, além de despertar e de promover a consciência negra e cidadã. Com isso, o Instituto Cultural Steve Biko objetiva formar educandos conscientes de sua origem étnica e prepará-los para combater as várias formas de preconceito enfrentado pelos negros na sociedade.

Diante dos fatos apresentados, esse trabalho se configura em um estudo de caso. Incide na apresentação do Instituto Cultural Steve Biko como instituição de educação formal da cidade de Salvador. Assim, apresentaremos os projetos

principais desenvolvidos pelo Instituto e seus objetivos principais para a promoção de um aprendizado promotor de políticas de igualdade e de direitos dos educandos.

O estudo de caso é um dos tipos de pesquisa qualitativa, cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como e os seus porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação que se assume como particularista, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela mais essencial e característico. (MARTINS, 2002: apud LIMOEIRO, 2010, p. 14)

Dessa maneira, organizamos este trabalho em três capítulos: no primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico a respeito das relações que os movimentos sociais exercem junto à educação, já que o Instituto nasceu guiado por essa ideologia.

No segundo capítulo, abordaremos os projetos desenvolvidos e colocados em prática pelo Instituto ao longo dos seus dezoito anos de existência. Esses projetos têm mudado, de forma significativa, a vida de jovens negros e negras que fizeram parte dessas ações desenvolvidas pela Biko. Optamos por chamá-los de “Projetos de Ações Afirmativas”.

No terceiro capítulo, trataremos da educação e do racismo no Brasil dando enfoque para a educação contemporânea na perspectiva antirracista, pois a sociedade brasileira encontra-se em um momento de mudanças. Com vistas a essas transformações, o Instituto Steve Biko, precursor dessa discussão, não poderia passar despercebido. Entendemos que o processo educacional não pode ficar estagnado, mesmo diante de tanta falta de investimentos, falta de valorização e falta de formação dos trabalhadores da educação por parte dos órgãos que a gerem e pelo processo de exclusão que os afro-brasileiros sofrem diante das instituições públicas que politicamente são responsáveis pela gestão da educação.

## 1 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO – BREVE HISTÓRICO

Para discutir melhor este tema, é relevante conhecermos a relação entre movimentos sociais e educação, mediada pela questão da cidadania. Para isso, é imprescindível rever historicamente os momentos em que os cidadãos tiveram atendidas suas reivindicações, por meio das invariáveis lutas que realizaram ao longo da nossa história. Dialogamos, inicialmente, com o pensamento de Maria da Gloria Gohn em relação à temática que será abordada neste trabalho.

No sistema liberal, ou liberalismo<sup>3</sup>, segundo Gohn (1994, p. 11), a questão da cidadania aparece associada à noção dos direitos naturais (liberdade, igualdade, direito à propriedade) e dos direitos da nação (soberania nacional e separação dos poderes: executivo, legislativo e judiciário). O cidadão, nesse período, era aquele que tivesse propriedade, era o burguês. A educação para a cidadania não fazia parte do universo da classe trabalhadora porque ela não seria cidadã, ou seja, a igualdade natural seria desfeita no plano da sociedade real pela desigualdade entre os cidadãos.

As mudanças sobre o significado de cidadania caracterizam o século XVIII. O racionalismo ilustrado “propõe modificar a ordem social e política, atuando sobre a consciência e a instrução” (GOHN, 1994, p.12). O sonho de transformação e a reforma política eram meios de solução para tornar o homem um sujeito histórico capaz de modificar a realidade. Nesse momento, a educação era uma questão de solução para a cidadania. Porém, em outra fase, a educação volta a ser pensada pelas classes dirigentes com mecanismos de controle social.

A ideia de cidadania do século XIX é diferente da dos séculos anteriores, pois dirige-se a todos, incluindo as massas, mas com o intuito de discipliná-las e domesticá-las.

---

<sup>3</sup> O liberalismo é uma corrente política que abrange diversas ideologias históricas e presentes, que proclama como devendo ser o único objectivo do governo a preservação da liberdade individual. Tipicamente, o liberalismo favorece também o direito à discordância dos credos ortodoxos e das autoridades estabelecidas em termos políticos ou religiosos.( Disponível em : <http://www.liberal-social.org/liberalismo>. Acesso em 13 de nov. 2010)

Nesse período, os direitos sociais são outorgados pelo Estado; a educação tem destaque e a “prática pedagógica enfatiza as estratégias de persuasão, esclarecimentos e moralização de cada futuro cidadão” (GOHN, 1994, p.14).

O conceito de cidadania terá, ao longo do século XX, novas significações. O Estado passa a regulamentar os direitos dos cidadãos, a restringir e cassar esses direitos. Em decorrência disso, a cidadania deixa de ser conquista da sociedade civil e passa a ser competência do Estado.

Quanto à educação, a noção que existia era educar para a cooperação geral, sendo, portanto, conservadora. Já a escola tem um papel fundamental de educar a partir de uma visão romântica, ‘estigmatizada, da vida do campo, das relações diretas, primárias e da pequena comunidade’.

A cidadania coletiva é o caminho para superar essas características anteriores da cidadania e para alcançar os estágios mais avançados e modernos. Seria necessário, assim, atingir um estágio mais elevado de grupos organizados da sociedade civil, por meio de movimentos.

O Brasil é um país caracterizado por profundas desigualdades sociais, onde a maioria da população não tem acesso a serviços essenciais que possam garantir sua sobrevivência com dignidade e o respeito a que todos os cidadãos têm direito (Art. 6º - CF caput). Um desses serviços é a educação, tão importante quanto a saúde, a moradia, dentre outros. Infelizmente, a maioria que sofre as consequências das mazelas sociais desse país é a população de descendência africana.

O racismo anti-negro nem sempre acontece de forma camuflada, ainda que a sociedade brasileira não se considere racista. Aqui o mito da democracia racial aparece como forma de camuflar o racismo através de outros atributos diferenciais, ou seja, confunde-se o racismo com questões econômicas, culturais e educacionais. Essas sutilezas em torno da questão racial no Brasil fazem com que muitas vezes não enxerguemos o problema. E é pelo processo de negação que acentuamos ainda mais a exclusão social. (LIMOEIRO, 2010, p 09)

Os negros são a maioria dos desempregados, analfabetos, moradores das periferias e vítimas de todos os tipos de exclusão. São eles também os que menos tempo permanecem nas escolas e constituem a maioria das vítimas da violência policial. Esse quadro é decorrente do processo histórico brasileiro, pois os negros foram escravizados durante séculos e, logo após o fim da escravidão legal, foram colocados à margem do desenvolvimento econômico e social.

A emancipação de 13 de maio de 1888 não resultou na superação e diante destes fatos, as iniciativas afirmativas, tornam-se necessárias no Brasil para amenizar a dura realidade herdada da discriminação, caminhando desta forma, para "a transformação em realidade, o mito da democracia racial ao invés de retornar às classificações raciais anacrônicas, que reduzem identidades complexas e atributos específicos" (ASH, 2007).

A existência de movimentos sociais para a transformação torna-se mais evidente a partir do período nacional desenvolvimentista (1945-1964), o qual coincide com governos de características populistas. Tais governos começam a implementar iniciativas com o intuito de absorver para seus projetos alguns desses movimentos. Esse período trouxe uma grande quantidade de estudos sobre raça, cultura, gênero etc. Na luta por hegemonia, os movimentos sociais populares se consubstanciam em expressão de luta no espaço nacional, contribuindo para uma maior socialização da participação política dos indivíduos<sup>4</sup>.

A socialização da participação política acontece através dos sujeitos políticos coletivos, tais como partidos de massa, sindicatos, associações profissionais. Essa socialização dá-se em dois níveis. Primeiro, agrupando massas humanas e diversificando seus interesses em função de uma crescente divisão do trabalho. A própria dinâmica do capitalismo estimula essa socialização da política, ou seja, contribui para a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados organizadamente na defesa de seus interesses.

---

<sup>4</sup> Sujeitos políticos coletivos constituem uma categoria do pensamento gramsciano, que dá conta do crescente número de organizações sociais surgidas, na sociedade civil, neste século, sendo, pois, fruto da socialização da participação política provocada pela industrialização, especialmente pelo tipo de industrialização que tem por base a organização científica do trabalho. (GRAMSCI, 1991).

Em segundo lugar, a possibilidade de que tal crescimento de auto-organização fosse satisfeito resulta da dinâmica do próprio capitalismo à época (COUTINHO, 2000, p. 27).

Desde meados da década de 1950, o crescimento da organização popular via sindicatos (criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e das Ligas Camponesas), forçou mudanças na diferenciação ideológica do populismo, tornando-o cada vez mais criticado pelas teses da esquerda. Essa leitura peculiar do papel da educação popular se espalhou por organizações populares, de assessoria a comunidades pobres, nas organizações confessionais mais progressistas (entre elas, a Igreja Católica e a Metodista), em segmentos do movimento sindical e em alguns movimentos sociais. Essa tensão educacional foi constitutiva, inclusive, de certa crise de identidade de diversas pastorais sociais e organizações de apoio e acessória a movimentos sociais, quando, em meados dos anos 80, vários movimentos consolidaram suas próprias organizações. De movimento, passaram para organizações.

A tensão provocada pelos educadores críticos havia gerado sujeitos políticos institucionalizados. E, então, qual passaria a ser o papel da educação popular no Brasil?

Os casos mais evidentes ocorreram no campo sindical e no movimento de luta pela terra. Centrais Sindicais e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constituíram, ao longo dos anos 80, sólidas estruturas educacionais, com concepções e estruturas curriculares próprias. A Central Única do Trabalhador (CUT) chegou a criar um sofisticado sistema educacional, o Sistema Nacional de Formação, constituído de escolas sindicais com corpo técnico fixo, programas de formação permanentes, um conjunto de monitores e assessores educacionais (Sociólogos, Pedagogos, Historiadores, Filósofos), secretarias estaduais de formação, coletivos de formação por categoria. Cursos permanentes (história do movimento sindical, técnicas de negociação coletiva, matemática sindical, técnicas de comunicação, política industrial, organização no local de trabalho, entre outros) se espalharam pelo país afora. Uma revista específica (Forma & Conteúdo) foi editada para estimular e unificar as metodologias e currículos de formação sindical.

No tempo atual, constatamos que a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº. 9394/96, no seu Art.1º afirma que, no espaço educativo, tanto na escola quanto nos movimentos sociais, ainda é visível em nossa sociedade uma tentativa de privilegiar a escola como espaço de educação em detrimento das possibilidades educativas dos movimentos sociais.

Embora a escola e os movimentos sociais eduquem de forma específica, ambos têm em comum o sentido político da educação. Cabe, portanto, ressaltar o caráter educativo manifesto nessas experiências, assim como constatar os espaços das práticas sociais como lugares adequados ao desenvolvimento de uma educação crítica e emancipatória. Isto é, os Movimentos Sociais e/ou Populares devem ser vistos como espaços de Educação Popular. O adjetivo “popular” em educação se converte em qualificativo de uma educação peculiar.

De modo geral, tem sido denominado de educação popular “*toda ação educativa destinada aos jovens e adultos desenvolvida por instituições públicas ou privadas*” (grifo nosso). A distinção entre a educação popular e as outras modalidades educacionais localiza-se em sua proposta de “práxis política”<sup>5</sup> direcionada para a efetiva transformação do homem e da sociedade.

Ao longo da nossa história, a literatura sobre a educação popular apresenta concepções distintas quanto a sua natureza. A primeira delas reporta-se à educação popular como aquela destinada à alfabetização de jovens e adultos, concentrando suas atividades no espaço escolar. A segunda concepção de educação popular possui um caráter exclusivamente transformador, concentrando suas ações predominantemente fora do espaço escolar. A terceira, e mais recente, compreende a educação popular como uma educação política da classe trabalhadora, tanto numa perspectiva emancipatória como numa perspectiva de conformação ao *status quo*<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup>Práxis na concepção marxista, na qual “práxis é toda atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos” (KONDER, 1992, p.128) .

<sup>6</sup> Status quo (da expressão *in status quo res erant ante bellum*) é uma expressão latina que designa o estado atual das coisas, seja em que momento for.



Essa concepção advoga serem a escola e a sociedade espaços legítimos de educação popular. Isso significa que as iniciativas de educação popular, em cada momento histórico, podem se identificar tanto com iniciativas da classe trabalhadora, como com o projeto dominante de sociedade.

Tomando como referência investigativa a luta do movimento de pré-vestibulares populares em prol do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, somos instigados a perceber que a educação popular não é mais uma “educação pobre”, no sentido do saber mínimo (alfabetização), para satisfazer a camada social mais pobre.

As primeiras experiências de criação de núcleos de pré-vestibulares populares surgem no Brasil na segunda metade da década de 80 e se consolidam na década de 90 do século XX. Originam-se em um cenário econômico, jurídico, político e ético-social de ideologia neoliberal. Essas experiências se desenvolvem em meio a um quadro educacional que, ao mesmo tempo em que indicam expansão das oportunidades escolares para as massas, expressam também as dificuldades das camadas populares de avançar na sua trajetória escolar.

Em meio a esse cenário educacional vão se consolidando experiências de pré-vestibulares populares. Essas experiências contam com o envolvimento dos sujeitos coletivos como a Igreja Católica, os movimentos negro, estudantil, sindical e comunitário. A Igreja Católica atua através da Pastoral do Negro (Afro); o movimento negro, por sua vez, atua através de suas diferentes vertentes; o movimento estudantil passa a acolher, na década 90, demandas pela democratização do acesso ao ensino superior. Em minoria, o movimento sindical e o movimento comunitário voltam-se para essas iniciativas de educação popular com o objetivo de renovar e preparar dirigentes, como também de renovar suas formas de ação.

Sabemos que os movimentos sociais têm sido considerados, por vários analistas e consultores de organizações internacionais, como elementos e fontes de inovações e mudanças sociais. Existe também um reconhecimento de que eles detêm um

saber, decorrentes de suas práticas cotidianas, passíveis de serem apropriados e transformados em força produtiva.

Os movimentos sociais são, hoje, elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais.

Os resultados das ações implementadas pelos movimentos sociais/educacionais podem ser percebidos nas mudanças ocorridas na sociedade, seja no campo do trabalho, da política e com evidência maior na educação. Hoje, nas instituições promotoras do ensino superior, um número significativo de negros e negras estão inseridos nessas instituições públicas e/ou particulares.

A democratização do ensino também pode ser um reflexo das ações desses movimentos, pois é neles que se propaga uma educação inclusiva, democrática, libertadora e, sobretudo, política, em que o respeito à diversidade e à pluralidade está sempre colocado como parte de fundamental importância no processo de formação dos que passam por eles.

No Brasil, essas experiências de pré-vestibulares populares situam-se nas áreas urbanas de todo o país e se concentram até então, em sua maioria, na região sudeste brasileira. Duas dessas experiências destacam-se em âmbito nacional por terem servido de referência para a criação das demais. Tratam-se da iniciativa surgida no Rio de Janeiro em 1986, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUF-RJ); e da experiência de Salvador (1992), desenvolvida pelo **Instituto Educacional e Beneficente Steve Biko**. Em 2005, eram aproximadamente 2.000 núcleos de experiências de pré-vestibulares populares espalhados por todo o Brasil (CARVALHO, 2005). Esses, apesar da sua diversidade, apresentam, no seu interior, algumas características comuns.

A primeira dessas características diz respeito ao público ao qual se destina. Em geral, todas são iniciativas voltadas para setores, grupos ou frações de excluídos

socialmente do acesso ao ensino universitário, alunos oriundos predominantemente de escolas públicas. A segunda é o caráter de gratuidade. Na maioria dos núcleos, existe apenas a cobrança de uma pequena taxa mensal dos seus participantes no valor de 10% do valor do salário mínimo nacional para manutenção de suas estruturas. A terceira característica refere-se ao conteúdo curricular. Há um cuidado especial para que os conteúdos não sejam formalmente trabalhados com vistas a “passar no vestibular”. Recomenda-se que esses sejam tratados criticamente. Na maioria dos núcleos, encontra-se a existência de um eixo curricular denominado Cultura e Cidadania, no qual são trabalhados temas de relevância para a construção de um conhecimento crítico por parte dos participantes, acerca de sua condição de discriminação social.

Merece destaque aqui um capítulo da história de luta contra o racismo, preconceito e discriminação da classe trabalhadora negra. Trata-se do Teatro Experimental do Negro<sup>7</sup> – TEN. O TEN foi uma experiência muito rica e ambiciosa. Fundado por Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, Teodorico dos Santos, José Herbel e Tibério, em outubro de 1944, o TEN vive um período especialmente significativo da história do país. Marcado pelo fim do chamado Estado Novo (1937-1945), esse momento se caracteriza por um impulso renovador e democratizante, ainda que breve e frágil, e por muitas experiências artísticas e intelectuais, hoje referências fundamentais na história da cultura brasileira.

Sua atuação se baseou no desenvolvimento simultâneo de diferentes níveis de atividades. Durante a sua trajetória política, o TEN foi responsável pela organização de cursos, pesquisas, seminários, conferências e congressos. Destacamos, dessa estratégia, seu caráter pedagógico, que articula o conjunto de suas atividades e objetiva seu projeto político e ideológico. A atuação do TEN se desenvolveu a partir de três níveis básicos, ou estratégias:

1. Teatral e artístico;
2. Organização e estudos;
3. Iniciativas políticas e programáticas.

---

<sup>7</sup> **TEATRO, POLITICA E EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO (TEN) (1945/1968).** Ricardo G. Müller, Ufsc

Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0219.pdf>, acesso em 24 out. 2010.

O primeiro nível tinha como pressuposto a compreensão de que o caminho mais *pedagógico* de difundir uma nova sensibilidade, de onde se forjasse a nova consciência negra (*revoltada*), seria o da arte. Segundo esse ponto de vista, os negros aceitariam mais facilmente expressões que “falassem” mais de perto à emoção do que expressões mais verbais e intelectuais, “mais próximas” à razão.

Ao mesmo tempo, os congressos organizados pelo TEN procuraram valorizar os estudos negros em uma nova perspectiva, na linha de formação de uma elite intelectual e de uma crítica às teorias raciais formuladas pelas Ciências Sociais até aquela época. Nesse sentido, o TEN contou com a colaboração de intelectuais e cientistas sociais em diferentes momentos de suas iniciativas, como Guerreiro Ramos, Maria Yeda Leite, Joaquim Ribeiro, Edson Carneiro, Artur Ramos, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Luiz Costa Pinto e Roger Bastide.

O nível de atividades do TEN de ‘iniciativas políticas e programáticas’ era responsável pela publicação do jornal *Quilombo*, entre 1948 e 1950, e pela promoção de eventos para se discutir o problema da “questão negra” no Brasil. Foram realizados, entre outros, os seguintes encontros: a *Convenção Nacional do Negro*, 1945; a *Conferência Nacional do Negro*, 1949; o *I Congresso do Negro Brasileiro*, 1950 e a *Semana de Estudos sobre Relações de Raça*, 1955.

Assim, para além das atividades teatrais e dos congressos, deve-se destacar, em especial, duas iniciativas do TEN. Em primeiro lugar, antes mesmo de estabelecidas as bases para seu teatro, foi promovido o ‘Curso de Alfabetização e Iniciação Cultural’. O curso foi dirigido por Ironides Rodrigues, de outubro de 1944 a meados de 1946. Era ministrado em uma sala na antiga sede da UNE (União Nacional dos Estudantes), na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro. O curso não era exclusivo para negros, e seu público era composto principalmente de empregadas domésticas. Entretanto, por divergências políticas, a direção da UNE, em 1946, expulsou de sua sede o grupo do TEN, impedindo, portanto, a continuidade do curso.

O *sentido pedagógico* destaca-se, por conseguinte, como eixo fundamental do projeto do TEN: transformar a “mentalidade” do povo negro, despertando-lhe a consciência de seu valor próprio e de sua cultura particular; inculcar-lhe uma dignidade perdida, reabilitá-lo antes de mais nada, ante si mesmo. Ao mesmo

tempo, para os brancos, enfatizar sua responsabilidade na produção e reprodução do chamado “problema do negro no Brasil”, convocá-los a partilhar do esforço de mudança dos padrões de relacionamento interétnico e de superação da ideologia racista cristalizada entre eles. O *pedagógico* aparece, portanto, como a alternativa mais viável para o projeto do TEN. Sua insistência, quase heróica, em expor, ressaltar e positivar os valores negros junto a negros e brancos, deveria obter progressivamente a quebra dos preconceitos, o reconhecimento da cidadania negra e uma equalização sem marcas de subordinação.

O ideário defendido pelo TEN encontra diferentes respostas na situação política e intelectual da época. De um lado, segmentos que, acreditando-se ameaçados, reagem e identificam nessa mobilização o perigo de um racismo negro, contrário à “índole tradicional de nossa democracia racial”. De outro, os que simpatizam com o projeto, com o “esforço dos desgraçados”, e compreendem o sentido de valorização social contido nas medidas propostas pelo TEN, na perspectiva de se reconhecer um “lugar” para os negros nessa mesma ‘sociedade branca’. Finalmente, os que apoiam o movimento do TEN em uma sintonia maior com seus líderes. Esse último grupo parece compreender um dos propósitos decisivos do TEN: a organização de um grupo de intelectuais negros, a criação de uma *elite negra* que, ao mesmo tempo, fale ativamente pelos negros brasileiros, os represente e os eduque para assumirem sua própria identidade.

Como já afirmamos, o TEN foi fundado em 1944. Sua criação se deve, sobretudo, a Abdias do Nascimento, seu principal dirigente, ideólogo e porta-voz até 1968. Em fins desse ano, enquanto um projeto historicamente definido, a experiência do TEN se interrompe, coincidindo com o autoexílio de Abdias nos Estados Unidos. A proposta do TEN era mais vasta que o simples incentivo a um “teatro negro brasileiro”: o *teatro* seria o meio principal de sensibilizar o público, tanto negro quanto branco, para os problemas sociais, políticos e existenciais que marcavam, e ainda marcam, a população negra do país.

## **2 O INSTITUTO STEVE BIKO: O COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA PARA A COMUNIDADE ESTUDANTIL E NEGRA SOTEROPOLITANA**

As décadas de 70 e 80 do século passado foram de essencial importância para algumas modificações na marcha do movimento negro brasileiro, principalmente o soteropolitano, na luta para combater o racismo, para garantir e consolidar a identidade e a cultura negra. Na década de 70 a “abertura política” do regime militar, a partir do governo Geisel, permitiu o afloramento das inquietações populares e a rearticulação dos movimentos sociais, dentre eles a reestruturação do movimento negro em todo o país.

Na Bahia, grandes fatos e mudanças incubiram-se de desenhar com distinção esse período, pois adquire um caráter inovador, marcado pelos blocos afro, com destaque para o “Ilê Aiyê”, pelo seu pioneirismo. Em 1974, precedendo o período que marca o fim do governo militar, 1979, desfila no carnaval sobre escolta policial com o nome “Black Power”, que, por força da repressão do contexto político, foi substituído por uma expressão em idioma africano: “Ilê Aiyê”. Esse bloco vem, há trinta e seis anos, cumprindo o seu objetivo proposto, de a cultura africana ser re-elaborada no Brasil, desenvolvendo um processo de expansão de consciência negra. (SANTOS, 1997)

No final da década de 1980, a publicação da nova Constituição e as comemorações do centenário da lei Áurea foram fatores expressivos para o progresso dos movimentos sociais (em especial o movimento negro). Em 1988, foi promulgada a primeira Constituição pós-ditadura militar, que consolidou o processo de abertura política iniciada na década de 70. A nova Constituição foi apresentada como Constituição–Cidadã, pelo então deputado federal Ulisses Guimarães. A Carta de 1988 trazia grandes inovações, como a implantação de artigos em defesa dos direitos da cidadania. Desde então, houve um avanço significativo, a plena igualdade dos direitos e deveres entre homens e mulheres, a defesa dos direitos dos consumidores, o direito de iniciativa do povo em apresentar projetos de lei ao congresso, a proteção ambiental e o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

Em 1988, ocorreram as comemorações referentes ao centenário da abolição. Esse fato dividiu a sociedade brasileira em duas vertentes: uma liderada pela elite nacional, representada pelo governo Sarney, realiza uma série de comemorações; e a outra, liderada principalmente pelas entidades do movimento negro, promove vários protestos denunciando as péssimas condições sócio-econômicas dos descendentes dos escravos.

Ligados à primeira vertente, estavam o governo federal, alguns empresários e intelectuais, além de parte da mídia, que procuravam, de maneiras variadas, celebrar o fato histórico-jurídico que foi a assinatura da lei Áurea, ressaltando a importância da lei naquele momento histórico e reafirmando que o trabalho do negro foi a “grande” contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Além disso, através de discursos, propagandas, livros e artigos, houve o reforço da ideologia da democracia racial.

O centenário da abolição foi um marco da luta dos negros pela sua plena cidadania porque o movimento negro brasileiro trouxe à tona a discussão do preconceito racial no país, chamando atenção para as péssimas condições sociais dos negros politicamente.

Os movimentos sociais multiplicaram-se no Brasil durante a década de 80 e, principalmente nos anos 90, percebendo-se no país progressiva ampliação e diversificação de organizações populares, com diversos modelos organizativos, formas de mobilização, bandeiras de luta, relações com intercessores e interlocutores, processos de formação das lideranças populares. Nesse período, consolidam-se muitos grupos e entidades locais, mas também expressões locais de movimentos nacionais, principalmente aqueles que lutam mais diretamente em torno de questões centrais da sobrevivência das pessoas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Associativismo Comunitário nas suas mais diversas formas de expressão; diversos movimentos de luta por moradia popular e de defesa dos favelados; movimentos com forte caráter identitário, como os de mulheres, de negros, de portadores de deficiência, de homossexuais;

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); vários movimentos de defesa e de organização de crianças e adolescentes. Consolidaram-se também, nesse período, vários movimentos e organismos de inspiração religiosa, pastorais sociais, bem como os Centros de Educação Popular e as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Essa realidade assume dimensões bem maiores e complexas quando se trata dos afro-descendentes, que, além do prejuízo da informação específica, comprometem parcelas significativas da sua formação de indivíduo com identidade étnica, autoestima, cidadania, consequência da estrutura da educação brasileira, pois, em nenhum momento, considerou esse segmento étnico, o que os colocou e os mantém na linha dos excluídos. Esse processo de exclusão pode ser subentendido como uma impossibilidade de poder partilhar, o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população.

Em resumo, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2009, p.7)

Toda essa movimentação produziu várias aberturas, incitou o surgimento de grupos específicos de discussão política, estimulou a pesquisa acadêmica, da qual surge um novo olhar para a pesquisa sobre o negro, quando seus próprios representantes integram-se a esse método de estudo e construção do conhecimento. Essas pesquisas contribuíram para concretizar as mudanças, sinalizaram muitas das dificuldades em experiência na área da educação. Na relação da escola com o aluno negro, pontuaram algumas alternativas de solução que, se de algum modo não conseguiram permear o trabalho da escola oficial, estimularam e orientaram algumas iniciativas individuais e coletivas de um novo fazer pedagógico.



É com olhar de incoerência e observação que novas perspectivas educacionais são pensadas para dar conta de toda essa mudança. Na cidade de Salvador-Bahia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 80% da população da cidade são de negros e mestiços e esses se encontram em desvantagem em relação aos não negros quanto ao seu ingresso nas instituições de ensino superior, preferencialmente as instituições públicas.

Diante dessa realidade, surgem, nas últimas décadas, movimentos sociais organizados com o intuito de suprir as deficiências deixadas pelas instituições oficiais de ensino. Aqui na cidade de Salvador-Bahia, podemos elencar várias organizações com esse propósito. Dentre elas, estudaremos especificamente a Cooperativa Educacional Steve Biko, como era conhecido o atual INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO, que surge há 18 anos com o mesmo objetivo.

## 2.1 O NASCIMENTO DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO

O processo da criação do Instituto Cultural Steve Biko foi iniciado em 1991, nos encontros para a realização do Seminário Nacional de Estudantes Negros (SENUN), que ocorreu em 1993.

Nessas reuniões preparatórias e no próprio SENUN, aconteceram muitas discussões em relação às causas da pouca representação da população negra no ensino superior. A invisibilidade negra nas universidades baianas, principalmente na UFBA, motivou um grupo de jovens negros e negras a realizarem ações concretas que mudariam essa situação.

Esses jovens negros universitários reconheceram a universidade como o espaço de poder que precisava ser disputado pelos afrodescendentes. A juventude negra que superou as barreiras do acesso percebeu a importância da inclusão no mundo acadêmico.

Outros encontros foram realizados com o objetivo de criar a Cooperativa Educacional Steve Biko, durante o primeiro semestre de 1992, no jardim da Faculdade de Economia da UFBA. O grupo era formado por Silvio Humberto, Jadir Santos, Valdo Lumumba, Maísa Nascimento e Osmário Silva. Depois, outros jovens iriam se aglutinar a esse grupo inicial, dentre eles, Maria Durvalina, Carmem Flores Silva e os irmãos Francisco e José Brito. Esses jovens estudantes participavam de várias vertentes do movimento social, como grêmios estudantis, entidades do movimento negro, comunidades eclesiais ligadas à Igreja Católica, além de serem amigos que frequentavam eventos culturais, dentre esses, os ensaios de blocos afros.

Os militantes-fundadores ficaram estarecidos com a invisibilidade do negro nas universidades públicas em Salvador e compreenderam a importância do acesso ao ensino superior como forma de ascensão sócio-econômica do negro na sociedade. Daí, surgiu a ideia de criar um pré-vestibular para afro-descendentes que ajudasse a reverter esse quadro.

Finalmente, no dia 31 de julho de 1992, nascia o Instituto Cultural Steve Biko (ICSB) idealizado pelo grupo de estudantes, iniciando-se, no mesmo semestre, o curso pré-vestibular, sendo as aulas administradas no Diretório Central dos Estudantes da UFBA - DCE.

Segundo Santos (1997), o Instituto Cultural Steve Biko nasceu com o propósito de garantir livres espaços de expressão, além de trabalhar a expectativa de poder aprovar no concurso vestibular como uma forma efetiva de mudança de uma parte da realidade. Assim, buscou reconstruir a autoestima dos estudantes negros e a sua identidade através desse processo, estabelecendo um confronto real com a discriminação racial contra o negro, oferecendo-lhes um trabalho qualificado em nível pedagógico, em seus conteúdos e métodos de ensino.

“O enfrentamento ao concurso vestibular para afro-descendentes significa avançar além das barreiras da defasagem de conhecimentos específicos, na perspectiva da informação e busca pela recomposição de valores que a sociedade racista de casta, através de vários mecanismos e instituições, entre elas a escola, os

fizeram perder e em alguns casos não os permitiu, se quer construir formação.” (SANTOS, 1997, p. 28).

A escola, em nenhum período da história brasileira, foi projetada na perspectiva de acolher a sociedade como um todo, buscando, por conseguinte, ser privilégio de poucos, a ponto de já ter sido estabelecida e corroborada a proibição dos africanos e seus descendentes, os afro-brasileiros, logo não brancos, a ter acesso às formas oficiais de educação. Isso mudou muito por consequência das lutas da organização dos movimentos de resistência negra, que reclamaram alguns progressos políticos, entre eles a escola como um direito de todos. Entretanto, a estrutura e as relações internas se mantiveram intactas, afiançando a manutenção da exclusão desse segmento étnico na escola formal.

Como a visão política e crítica dos organizadores do Instituto diante dos acirrados discursos políticos que aconteciam durante as aulas, chamando os estudantes à consciência, chegaram à conclusão de que a Cooperativa necessitava de um nome. Por conta da luta do líder negro sul-africano Steve Biko contra o *apartheid* e pelo Movimento de Consciência Negra junto ao povo africano, ficou resolvido homenageá-lo, dando-se o seu nome ao Instituto.

A homenagem ao líder negro sul-africano Bantu Stephen Biko, também conhecido como Steve Biko, aconteceu por ser ele um dos grandes idealizadores e articuladores do Movimento de Consciência Negra, que objetivava o resgate da autoestima e dos valores ancestrais do seu povo, preparando-o para o combate ao sistema de opressão e submissão a que estava subjugado. Como todo grande homem da história, trabalhava por compulsão, varando noites, na leitura e na produção intelectual de textos que justificassem a sua ideologia de luta. Publicava-os em panfletos chamados ESCREVO O QUE EU QUERO, assinados com o pseudônimo de Frank Talk. Steve Biko<sup>8</sup> nasceu em 18 de dezembro de 1946, em King William's Town, próximo à Cidade do Cabo, no extremo sul da África do Sul.

---

<sup>8</sup> Fazemos, aqui, citação do resumo da história de Steve Biko. Sua história completa pode ser lida na Tese de Mestrado da Prof<sup>a</sup> Maria Durvalina Cerqueira Santos, intitulada **Educação, Cidadania e Reconstrução de Identidades: caso Cooperativa Steve Biko**. FACED – UFBA, 1997.

Foi morto no dia 12 de setembro de 1977, após ser preso e torturado, por quase 24 horas ininterruptas, pela polícia política sul-africana.

Após ter completado, com sucesso, os estudos secundários, em 1966 ingressou no curso de Medicina da Universidade de Natal. Logo em seguida, começou, de forma ativa e entusiasmada, a atividade política. No ano seguinte, já participava ativamente do movimento estudantil, destacando-se nas conferências devido a sua inteligência e poder de argumentação. Fundou e foi o primeiro presidente da Organização dos Estudantes da África do Sul (OESA).

Muito embora houvesse razões para odiar os brancos racistas, sua atitude nem de longe demonstrava tais sentimentos. Dotado de uma imensa capacidade de amar as coisas belas da vida, adorava o futebol, a música e a dança, paixões que dão uma idéia da leveza de seu espírito. Foi um dos principais líderes sul-africanos, juntamente com Nelson Mandela. Deixou um legado de luta calcado no Movimento de Consciência Negra e no desenvolvimento dos Programas de Assistência à Comunidade, voltado para atender às necessidades básicas de sua gente.

Assim numa breve definição, a Consciência Negra é em essência a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar força com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem a uma servidão perpétua. (STEVE BIKO, 1971. Apud SANTOS, 1979, p. 29).

## 2.2 A ESTRUTURA FUNCIONAL DO INSTITUTO STEVE BIKO

A coragem e ousadia do grupo fundador da então Cooperativa Steve Biko, hoje Instituto Cultural Steve Biko, inicialmente se deu levando-se em conta o fato de não ter local adequado para o funcionamento da mesma. Assim, o DCE-UFBA alocado para que as aulas fossem ministradas. Saindo desse espaço, o curso pré-vestibular passa a ter uma vida itinerante.

Dos tempos de Cooperativa pós DCE até o momento atual, o Steve Biko funcionou inicialmente na Avenida D. João VI, no Bairro de Brotas, na Ladeira da Barra, em um colégio particular sublocado com o apoio do Profº Jorge Portugal, na Rua São Raimundo/Politeama, onde funcionava, na época, a Escola Superior de Estatística da Bahia, depois Curso Neruda, na Rua Direita da Piedade. Foi no bairro dos Barris que aconteceu a primeira locação de fato para abrigar exclusivamente o funcionamento da Biko.

Em tempos recentes, com sede administrativa na Rua do Carmo, Bairro do Santo Antonio – Pelourinho, o curso pré-vestibular viera a ocupar outros espaços alternativos para a realização das aulas. No ano 2005, funcionou no Colégio/Curso Núcleo, bairro de Nazaré, momento em que ocupou quatro salas, diante do número expressivo de estudantes. Em 2006, por motivos financeiros, buscamos apoio das instituições estatais, sendo cedidas, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, três salas no Colégio Estadual Isaias Alves – ICEIA. Esse período foi estendido até 2007. Como havia algumas dificuldades de estratégias organizacionais, além de financeiras, resolvemos aproveitar uma sala na própria sede administrativa para o funcionamento do curso, o que ocorre desde 2008.

## 2.3 O CORPO DOCENTE

Instrutores, esses foram inicialmente os que ministraram aulas na Steve Biko, segundo SANTOS (2008, 35), na perspectiva de romper a barreira entre aluno e professor, consequência da carga semântica atribuída ao último nome. Depois, os idealizadores da proposta assumiram as disciplinas a partir da prioridade de cada uma delas dentro do exame vestibular, considerando-se obviamente o domínio de conteúdos. Na falta de alguém que cumprisse os requisitos, os amigos e militantes com o mesmo princípio de pensamentos e ações, seriam convidados para ministrarem aulas, mesmo não tendo a formação específica para tal. Essas pessoas não seriam remuneradas e não teriam nenhum vínculo empregatício com a Cooperativa. A única relação financeira à época seria receber vale-transporte para os seus deslocamentos nos dias de suas respectivas aulas.

A necessidade de um corpo docente com domínio de conteúdos viera a reverter essa situação. Hoje, o Instituto Cultural Steve Biko conta com a presença de professores graduados, de especialistas a mestres formando o quadro de professores /colaboradores. Como se vê, a nomenclatura foi mudada, mas as ações pouco mudaram. Em relação à remuneração, os professores de hoje também não têm vínculo empregatício com o Instituto Cultural Steve Biko. Esses estão dentro do estatuto de voluntariado, recebendo ajuda de custo no valor hora/aula.

## 2.4 DE SÓCIOS CONTRIBUINTES A INVESTIDORES SOCIAIS

Inicialmente, a única fonte de receita financeira do Instituto seriam as mensalidades dos próprios alunos, mas esses recursos eram limitados por conta da realidade dos estudantes daquele momento. Foi preciso definir uma contribuição mensal que permitisse honrar os compromissos básicos; contudo, sem perder de vista a perspectiva básica que era trabalhar com estudantes afro-brasileiros de baixa renda, pois se tratava de uma questão de princípios. Porém, no sentido de angariar recursos, foram estabelecidos dois patamares de contribuições: para os alunos desempregados, dez por cento do salário mínimo vigente naquela ocasião; para os empregados, uma taxa de dezesseis por cento do mesmo salário mínimo. Além da perspectiva de se sentirem importantes e responsáveis pela manutenção da instituição, estariam inseridos em um processo de ação social, cumprindo o exercício da sua cidadania.

Havia, por parte dos organizadores, a preocupação de como gerir esses recursos. O fundamental seria que esses recursos não comprometessem a autonomia do projeto. A necessidade de assumir compromissos recaía em aumento de despesas. Tornou-se imprescindível a perspectiva de se buscarem novas formas de recursos financeiros. Existia, porém, e ainda existe, um certo receio em relação à busca de ajuda financeira junto a entidades financiadoras. Essa é uma preocupação política, por conta da possibilidade de interferência que comprometa a autonomia da instituição, descaracterizando os objetivos propostos inicialmente.

Construído o primeiro projeto escrito, havia algo substancial a mais além das idéias:, os resultados iniciais eram promissores. Seria esse o primeiro documento apresentado e convencionado pela Cooperativa em busca de colaboradores, os quais, naquele momento, foram denominados Sócio-Contribuintes. O primeiro membro a contribuir para o aumento do número de negros na universidade dentro dessa proposta foi uma mulher negra, pois confiava no Instituto e, com certeza, sabia o que representava naquele momento o seu ato.

O PROGRAMA INVESTIDOR SOCIAL, vigente no Instituto Cultural Steve Biko, advém dessa ideia inicial. É caracterizado como um programa voluntário de doação financeira para manutenção dos projetos desenvolvidos pelo Instituto Cultural Steve Biko. Essa doação é caracterizada como um investimento que contribuirá para a continuidade da nossa missão, promovendo a inserção do Negro na sociedade através da educação. Esse empreendimento renderá ganhos concretos na transformação da política-social e racial da nossa comunidade.

Qualquer pessoa, física ou Jurídica, pode fazer a sua contribuição junto ao Instituto. Estes recursos vão integralmente para o desenvolvimento dos projetos sociais, que, atualmente, atendem os jovens inseridos na instituição, além de proporcionar políticas de ações afirmativas em nível nacional. Todo Investidor Social receberá regularmente informações sobre o desenvolvimento e resultados dos nossos projetos. Terá conhecimento das avaliações participativas do Programa, além de receber o cartão de investidor social.

## 2.5 OS POSSÍVEIS EDUCANDOS: QUEM SÃO?

Selecionar: Ato ou efeito de escolher. Essa é uma tarefa que, inicialmente, parece fácil. Isso quando não se pensa em exclusão, pois a concepção de toda seleção não natural é normalmente injusta e falha. Fazer escolhas, fatalmente, recai no ato de descartar, no sentido de coisas, as menos prestáveis. Quando se tratam de pessoas, de seres humanos, os critérios adotados devem ser pautados na justiça, na moral, no princípio de respeito à igualdade e à alteridade, respeitando-se as

diversidades e a identidade de cada um. Porém, não há formas perfeitas para se fazer seleções.

O Processo seletivo para os futuros educandos do pré-vestibular do Instituto Cultural Steve Biko é sempre pensado dentro desses princípios, mas, a cada seleção feita, vemos que existem falhas e buscamos sempre nos questionar durante o percurso do curso. Será que fomos justos ao escolher o sujeito X ao invés do sujeito Y? Será que estamos realmente sendo justos em trazer “os melhores” na nossa visão pedagógica academicista? E se tivéssemos selecionado aquele que não se mostrou tão capaz no sentido do aprendizado testado no momento determinado pelo Instituto, como seria a caminhada desse sujeito?

A formação do corpo discente do pré-vestibular acontece até o presente momento pautado na cronologia seguinte. Após o lançamento do Edital Público contendo as informações principais, o futuro educando faz a sua inscrição para fazer parte do processo seletivo que consta atualmente de três etapas: o primeiro passo é a inscrição em si; em seguida, todos os candidatos participam de uma entrevista em grupo feita por colaboradores e convidados do Instituto; depois, acontece a prova escrita contendo assuntos de Matemática, Português, Conhecimentos Gerais e Redação.

Após esse processo, levamos em conta o perfil econômico, o pensamento crítico e político apresentado pelo candidato no momento da entrevista e o nível da avaliação escrita. Por fim, chegamos à seleção final dos candidatos, fazendo escolhas, sabemos, nem sempre perfeitas.

Geralmente, quem busca o pré-vestibular Biko são alunos egressos do sistema público de educação, que tiveram alguém da família passado pela Biko e obtivera êxito, ou então através do “correio nagô”: a velha propaganda “boca a boca”, que acontece nas comunidades periféricas da cidade, de onde vem a grande maioria dos nossos estudantes. A procura por vagas continua durante todo o ano, mas, para fazer parte do processo, só através da seleção descrita acima.



Geralmente, quem busca a Instituição são homens e mulheres, negros e negras, conhecedores da ideologia política do ICSB na esperança de, melhorar a sua vida social e financeira. A maioria é jovem, exceto raras exceções.

Um fato que merece destaque é que a maior procura por vagas acontece por parte do público feminino<sup>9</sup>, que, não só no Instituto Steve Biko, como em outros espaços de educação, tem a presença cada vez mais expressiva.

## 2.6 A PRESENÇA FEMININA: a questão de gênero, seus encontros e desencontros

As mulheres, ao lado dos negros, são as vítimas mais ascendentes do preconceito. Há doutrinas raciais disseminadas por todo o mundo, com seguidores no Brasil, que buscam justificar um tratamento discriminatório e inumano de exclusão e de marginalização reservados para esses povos e pessoas diferentes, ou que os preconceituosos estimam diferentes. Muitas das maneiras discriminatórias que acontecem na sala de aula são conduzidas às alunas, e, quando essa é negra, torna-se mais ajuizado esse preconceito, essa discriminação.

Gênero é um conceito que se refere ao conjunto de atributos negativos ou positivos que se aplicam diferencialmente aos homens e mulheres, inclusive desde o momento do nascimento, e determinam as funções, papéis, ocupações e as relações que homens e mulheres desempenham na sociedade e entre eles mesmos. Esses papéis e relações não são determinados pela biologia, mas sim, pelo contexto social, cultural e político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra (Programa Nacional de Direitos Humanos. Apud, SANT'ANA, p. 59)

Mesmo a presença feminina sendo significativa nos projetos do Instituto Cultural Steve Biko, não são abordadas, de forma mais efetiva, as relações de gênero. É evidente que há abordagens sobre o assunto, o que não poderia passar despercebido, pois a proposta política e educativa do ICSB, antes de mais nada, é a

---

<sup>9</sup> Ver perfil socioeconômico do grupo de alunos e alunas ingressos no pré-vestibular do ICSB em 2010 em anexos.

promoção dos seus educandos e educandas, hegemonicamente negros e negras, com uma educação antirracista e desprovida de qualquer preconceito, livre de estereótipos e julgamento de valores pejorativos.

O estereótipo é a prática do preconceito. É a sua manifestação comportamental. O estereótipo objetiva (1) justificar uma suposta inferioridade; (2) justificar a manutenção do *status quo*, e (3) legitimar, aceitar e justificar: a dependência, a subordinação e a desigualdade (SANT'ANA, 2008, p.61).

Podemos notar que, mesmo estando as mulheres em número mais expressivo que os homens no pré-vestibular, nem sempre essa visibilidade significa permanência. Isso se explica porque, estando elas mais expostas a situações e problemas considerados femininos pela sociedade de exclusão, acabam se afastando do seu objetivo e da realização do seu sonho: terminar o curso, fazer vestibular e, por consequência, entrar para a academia. A evasão feminina é sempre mais acentuada.

Quando inquiridas sobre os porquês do afastamento do curso, os fatos mais recorrentes são: os maridos não aceitam ou permitem que elas estudem, principalmente pelo fato de o curso ser noturno; quando têm filhos, não têm quem tome conta dos mesmos; quando trabalham, os empregadores não facilitam a saída do trabalho com antecedência de horários para estarem no horário inicial do curso; e, finalmente, quando desempregadas, a entrada para o mundo do trabalho acaba afastando-as do curso. Não temos políticas de permanência para essas mulheres, que buscam a educação como o meio mais apropriado para tirá-las do estado de subalternidade e da passiva condição de ser simplesmente mulher, lutando pelos seus ideais em um mundo hegemonicamente heteronormativo, em que o homem ainda se configura como ser superior e dotado de capacidades superiores às das mulheres, o que, a cada dia, sabemos e vemos que não é verdade o que legitima essas teorias.

A busca pela realização enquanto pessoa, enquanto mulher, a busca pela sua identidade negada e negligenciada faz das mulheres seres em permanente construção e re-construção. É nessa busca frenética que acontecem os encontros e

desencontros das mulheres que passam pelo Instituto Steve Biko, mulheres negras, mães, guerreiras, chefes de clãs, pioneiras da educação.

## 2.7 O INSTITUTO STEVE BIKO E SEUS PROJETOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Segundo GOMES, citado por Marques da Silva<sup>10</sup>, (2008, p. 87), as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e emprego.

Para o autor, as ações afirmativas têm natureza multifacetária e visam evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas formalmente, por meio de mecanismos difusos, estruturais, enraizadas nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Trata-se, então, de políticas e mecanismos de inclusão concebidas por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional reconhecido, o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. Desde a sua fundação, o ICSB vem promovendo “ações afirmativas”, pois a ideologia política dos seus fundadores estava na promoção da comunidade negra estudantil à universidade.

O ICSB adota medidas que visam o ingresso e a permanência de todos os jovens estudantes que buscam a Instituição e que dentro dos critérios adotados conseguem ser selecionados para cursar o pré-vestibular durante os dez meses de preparo para o enfrentamento aos exames vestibulares, uma das medidas mais importante é o baixo custo cobrado pelas mensalidades, quando cobradas, pois, sendo o Instituto

---

<sup>10</sup> Autor da monografia intitulada *As Ações Afirmativas no ensino superior: mecanismos de efetividade de direitos e garantias fundamentais para a população*. FACULDADE DE DIREITO - UFBA, 2008

uma organização sem fins lucrativos sempre luta em busca de apoio externo por parcerias que abracem a causa social e política dos excluídos, os estudantes negros e negras egressos do ensino público e de baixa renda.

Outra estratégia utilizada com ênfase, os discursos políticos proferidos pelos instrutores do curso proporcionaram a criação da disciplina CCN, que ao longo da existência do Instituto, tornou-se “*a menina dos olhos*” da instituição, gerando estudantes empoderados para o enfrentamento das adversidades ocorrentes no seu cotidiano.

Na luta por reparação aos danos sofridos pela população negra em relação à educação, o Instituto Steve Biko, inclusive, teve participação significativa e decisória na deliberação por cotas para negros junto à Universidade Federal da Bahia. Os “Bikudos”, como são conhecidos os estudantes que frequentam o cursinho pré-vestibular ou outros projetos desenvolvidos e implementados pelo ICSB e os egressos deles, ocuparam, em 2002, a reitoria da UFBA na reivindicação pelo direito às cotas. Também foram os estudantes do ICSB que tiveram participação efetiva na luta pela taxa de isenção do vestibular nessa mesma universidade.

Diante dessas ações diretas ou indiretas, hoje, aos dezoito anos de existência, o ICSB estima que, em média, mil alunos já adentraram para os cursos diversos de nível superior, nas instituições públicas e/ou privadas fruto dessa iniciativa pioneira: o pré-vestibular para estudantes negros e negras da cidade de Salvador e que tem se tornado referência para a criação de outros na mesma modalidade pelo Brasil afora.

## 2.8 O PRÉ-VESTIBULAR

Contextualizar o pré-vestibular é contextualizar o próprio Instituto Steve Biko, pois foi essa a ideia original: organizar um curso pré-vestibular para estudantes negros e negras com a proposição já mencionada aqui. Porém, diante do sucesso inicial do projeto e da procura que se repercutiu ante os resultados obtidos inicialmente, os organizadores tiveram a necessidade, a preocupação e a responsabilidade de formalizar oficialmente o projeto.

Por ser alastrado junto aos movimentos sociais emergentes daquele momento histórico, passa a ser um pioneiro na modalidade de educação proposta e praticada. Perante a difusão do projeto, o pré-vestibular Steve Biko inovou totalmente pioneiro metodologia pedagógica adotada, e configura-se como modelo nacional, vindo a ser estudado e tido como modelo para pré-vestibulares de outros estados brasileiros. Passa também a ter visibilidade internacional pelas instituições negras americanas, tanto pelas ações praticadas como também pela visibilidade da homenagem que faz a uma figura tão importante para o povo negro americano, Steve Biko.

Todo ato político tem como missão, ou deveria ter, a promoção de instrumentos que estejam em consonância com as leis que regem o país em questão, priorizando preferencialmente, de maneira ética e moral, atores que estejam marginalizados pela estratificação social. Condizente com esse pensamento, a missão política do pré-vestibular Biko é: *Promover a ascensão político-social da população negra por meio da educação e valorização da sua ancestralidade*. O objetivo principal do projeto é a promoção e a preparação para o acesso universitário de jovens soteropolitanos oriundos de escolas públicas, levando em consideração o contexto das exclusões de gênero, raça, outras formas de iniquidades responsáveis pela presença diminuta de grupos excluídos nos espaços acadêmicos.

Para a concretização de qualquer projeto, é necessário que se faça, ou que se tenha uma justificativa plausível. Nesse sentido, o pré-vestibular Steve Biko acata essa notificação trazendo a sua justificativa para a sua consolidação: a demanda por um bom nível de educação advinda, principalmente, da modernidade no mercado de trabalho, tem contribuído para aumentar a pressão pelo acesso universitário. Em tal contexto, o processo de exclusão social, seja pelo pertencimento étnico ou de gênero, passa a ser um elemento importante nessa disputa. A baixa qualificação da educação ofertada a grupos como os afrodescendentes e os preconceitos de gênero na ocupação das carreiras universitárias “masculinizadas” são exemplos dos impedimentos postos à plena democracia em relação à ocupação do espaço universitário.

A Visão futura: Até 2012, constituir-se em uma instituição de nível superior que valoriza a diversidade étnico-racial, contemplando os saberes e fazeres da cosmovisão africana e suas diásporas na produção de conhecimento.

## 2.9 CCN - CIDADANIA E CONSCIÊNCIA NEGRA: ELEMENTO FUNDAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLITICA E CIDADÃ DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO STEVE BIKO

A disciplina Cidadania e Consciência Negra, também conhecida por sua sigla CCN, é utilizada como artefato fundamental no ICSB. Surgiu no curso preparatório para o vestibular e, logo após o desenvolvimento do Instituto, passa a ser aprovionada em outros projetos. Essa concepção política é apresentada ao público alvo com o objetivo de reconstrução de autoestima, promoção de integração entre o grupo, conscientização e resgate da cultura afro-brasileira, da diáspora e da ancestralidade africanas e no acordar para a consciência racial e cidadã.

De acordo com Nascimento (2007, p.35. Apud OLIVEIRA 2008, p. 32), a partir de 1994, os fundadores resolveram melhor sistematizar as discussões realizadas nas diversas disciplinas sobre consciência étnica e cidadã. A disciplina Cidadania e Consciência Negra (CCN) foi criada pelos fundadores do Instituto Steve Biko, exatamente com a função de ser um dos instrumentos para alcançar esses objetivos. Posteriormente, essa disciplina torna-se o “coração” do instituto, o eixo centralizador do curso, passando a ser o grande referencial e diferencial da Biko em relação aos outros cursos pré-vestibulares.

Segundo o coordenador Lázaro Passos: “Todo estudante que entra aqui é obrigado a freqüentar o que a agente considera a matéria fundamental que é o CCN; então, esta é uma forma da gente poder levar a discussão sobre cidadania e consciência negra. A idéia do cursinho é secundária. O que a gente quer mesmo é trabalhar isso, formar agentes. Não é colocar qualquer estudante negro na universidade. Isso não interessa. A idéia nossa é que a gente possa possibilitar o ingresso de estudantes nas universidades, com o mínimo de discussão da questão racial”. (NASCIMENTO, 2007, p.36).

A metodologia empregada pelos professores do CCN é bastante variável. Leitura de textos, abordando aspectos de sociabilidade, ética, gênero, racismo, história do negro na África e na Diáspora; exibição de filmes e documentários sobre a temática racial; além da exposição oral do orientador, palestras de convidados e trabalhos em equipe. Em formato de módulos, os conteúdos abordados no CCN, discorre ainda sobre outros temas contendo assuntos, como os aqui elencados: Integração, Orientação e Motivação; Conscientização e Resgate da Cultura Afro-Brasileira, Cidadania e Direitos Humanos. O CCN contribui progressivamente para o entendimento político de negros e negras e é de vital importância para a formação cidadã e de combate ao racismo propostos pelo ICSB aos seus educandos.

Mesmo que considerada inconclusa ou tardia, a busca por cidadania sempre fez parte das reivindicações dos negros no país. O CCN traz uma idéia de conscientização étnica considerada importante para elevação da auto-estima, formação política e cidadã dos descendentes de negros no país. Visto que enfrentam problemas que são obstáculos para a construção de uma sociedade justa, que garanta direitos essenciais e que possibilite oportunidades e assuma reparações historicamente constituídas, essa “nova” pedagogia, além de fornecer subsídios para o vestibular, permite uma reflexão, por parte do público beneficiado, da necessidade do ingresso nas universidades e de busca de uma sociedade, autônoma, não excludente e não discriminatória. (OLIVEIRA, 2008. p. 33).

## 2.10 POMPA - PROJETO MENTES E PORTAS ABERTAS

As ações do Instituto Steve Biko perante os seus egressos não se estagnam após a passagem dos mesmos pelos cursos de formação. Existe a preocupação em acompanhá-los junto a sua carreira acadêmica e pós-acadêmica. Vejamos o exemplo que se segue.

O POMPA<sup>11</sup> é um projeto do Instituto Cultural Steve Biko que visa ao desenvolvimento acadêmico e profissional de jovens afro-descendentes com potencial para o exercício da liderança, garantindo-lhes a conexão com seus princípios ancestrais e preparando-os para o ingresso em carreiras no setor público,

---

<sup>11</sup> Salientamos que devido deliberações institucionais o POMPA no momento não está entre os projetos vigentes do ICSB.

no terceiro setor e setor empresarial solidário, de modo a formar novos quadros representativos da diversidade racial brasileira, a fim de que esses jovens tornem-se defensores de direitos, influenciadores de políticas públicas e realizadores de ações da sociedade civil que contribuam para o desenvolvimento da população negra.

O POMPA foi concebido em 2003, de forma colaborativa, por representantes do Instituto Cultural Steve Biko - ICSB e Lorelei Williams, então bolsista do Programa Fulbright. Entre julho e dezembro de 2004, foi realizada primeira experiência do projeto, que contou com a participação de 21 estudantes e apresentou índice nulo de evasão.

Em 2006, tiveram início as atividades do POMPA 2ª Edição, cuja turma foi formada por 21 jovens afro-descendentes universitários, graduandos de diversas áreas, a exemplo de Administração, Direito, Psicologia, Comunicação Social e Engenharia Química.

## **2.11 OGUNTEC – PROJETO/PROGRAMA DE FOMENTO À CIÊNCIA E À TECNOLOGIA DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO.**

Na mitologia africana, Ogum é o orixá da ciência, tecnologia e do ferro. Junto ao prefixo “tec”, de tecnologia, forma (OGUNTEC), nome de um dos projetos de outra linha de atuação do ICSB. O projeto Oguntec teve início em 2002, e em novembro de 2007, iniciou a seleção de sua terceira turma composta por 35 jovens de ambos os sexos e que cursavam o último ano do Ensino Fundamental. Esse grupo, que tem incentivo para o ingresso nos cursos de Ciência e Tecnologia (C&T), é composto por jovens matriculados em escolas públicas de diversos bairros e frequentam aulas de Matemática, Física, Química, Biologia, Inglês, Português, C&T e CCN. O curso tem duração de 03 anos, culminando com o vestibular, em 2010.

O projeto OGUNTEC é uma iniciativa do Instituto Cultural Steve Biko. Corresponde a um conjunto de ações de fomento à ciência que objetiva à incorporação do saber



científico e tecnológico no ambiente cultural da juventude afro-descendente de Salvador, para que essa tenha uma integração com qualidade na atual “sociedade tecnológica”, aumentando, assim, as possibilidades de superação das desigualdades raciais tão presentes no contexto da distribuição de renda na cidade de Salvador.

As ações que direcionam o programa são: A Elevação da escolaridade (curso pré-vestibular OGUNTEC) a Inclusão digital e a Popularização da ciência. No eixo elevação da escolaridade, é empreendido um curso pré-vestibular com duração de três anos, dirigido a 35 jovens afro-descendentes de escolas públicas. O curso possibilita aos mesmos uma educação científica onde são desenvolvidas habilidades e competências necessárias ao ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. O eixo popularização da ciência é desenvolvido através da organização de palestras e eventos de divulgação científicas nas comunidades e escolas públicas de Salvador.

O eixo da inclusão digital é efetivado em nosso laboratório de informática, onde os estudantes têm aulas de informática e acesso gratuito à Internet.

A visão do Instituto Steve Biko para a concepção do OGUNTEC estava atrelada ao número reduzido de profissionais brasileiros formados nas áreas de ciência e tecnologia e o baixo índice de escolaridade dos trabalhadores brasileiros. Esse projeto demonstra a relevância e a necessidade de medidas impactantes para a melhoria do sistema educacional e para popularização da ciência.

## 2.12 O PROGRAMA DIREITOS HUMANOS E ANTIRRACISMO - DHAR

O programa Direitos Humanos e Antirracismo, do ICSB, teve início em 2001 com apoio do Ministério da Justiça. Nos anos de 2003 e 2004, esse programa teve apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. Em 2005, participou de uma seleção nacional promovida pela CESE (Coordenação Ecumênica de Serviço) e foi contemplado com recursos financeiros para desenvolvimento do projeto: “A juventude negra promovendo Direitos Humanos e Anti-racismo pela

cidade de Salvador”, permitindo, pela primeira vez, a atuação direta do ICSB nos bairros da cidade. As comunidades escolhidas pelos jovens promotores de direitos humanos foram: Fazenda Coutos, Cabrito de Baixo, Cabula, Tancredo Neves/Beiru e Cajazeiras IV. Cada uma com 06 jovens que coordenavam projetos e ministravam aulas para turmas com 25 jovens em cada uma das cinco comunidades.

Em 2005, houve o lançamento do Manual de Direitos Humanos e Antirracismo para Jovens, com sugestões de conteúdos para serem abordados em sala de aula, história de lideranças negra, entre outros temas. Esse Manual é resultado da história dos 05 projetos desenvolvidos com apoio da CESE e do histórico do Programa de Direitos Humanos. Em 2007 e 2008, para a promoção dos direitos humanos e antirracismo, o ICSB realizou duas parcerias: a primeira delas foi com o Fundo Brasil de Direitos Humanos que, através de seleção nacional entre vários projetos, selecionou aquele que tem, entre suas ações a atualização dos jovens promotores de direitos humanos, a publicação de uma nova edição do manual que será distribuídos nas escolas públicas e a formação de uma rede de jovens atuantes no combate ao racismo e promoção dos direitos humanos.

## 2.13 REDES SOCIAIS PARCEIRAS DO INSTITUTO STEVE BIKO : FOQUIBA

O Fórum de Quilombos educacionais da Bahia – FOQUIBA - foi criado em 21 de outubro de 2001, fruto do amadurecimento das organizações negras no sentido de atuar em rede para superação das desigualdades raciais em nossa sociedade, sobretudo no campo educacional como pressuposto de uma pedagogia antirracista e inclusiva. Além de se constituir em espaço político para a organização dos Quilombos Educacionais<sup>12</sup> em rede, respeitando sempre autonomia administrativa de cada instituição, o FOQUIBA garante a equidade participativa entre os membros por acreditar que essa é melhor maneira para atuar conjuntamente, considerando

---

<sup>12</sup> Quilombos educacionais são instituições promotoras de educação popular, são cursos pré-vestibulares existentes e atuantes nas comunidades periféricas das regiões metropolitanas, funcionando como espaço de resistência para a população negra nas comunidades onde estão inseridos.

cada especificidade das entidades que a compõem. Os Quilombos Educacionais são experiências organizativas que surgem de maneira particularizada no seio da comunidade negra.

Atualmente, o Fórum congrega seis instituições distribuídas em pontos estratégicos da região metropolitana de Salvador: Quilombo Irmã Santa Bakhita (Sussuarana); Instituto Cultural Steve Biko (Pelourinho); Coequilombo (Plataforma); Quilombo do Orubu (Cajazeiras), e Quilombo Ilha (Vera Cruz/Itaparica). Atua pedagogicamente junto a esses grupos socialmente vulneráveis, em sua maioria, composto por jovens negros e negras oriundos de escolas públicas e residentes de bairros periféricos, cujo objetivo é adentrar a universidade como forma de superação das desigualdades sócio-raciais. O FOQUIBA tem atuado de forma estratégica durante os seus nove anos, cumprindo o seu papel de parceiro e colaborador.

A estratégia pedagógica utilizada pelo FÓRUM objetiva uma educação antirracista e promotora de conhecimentos antes não estudados ou vistos pelos estudantes que

participam dos cursos pré-vestibulares participantes da rede. Diante disso, no ano de 2007, com o apoio da CESE – Coordenação Ecumênica de Serviços e através do PAE – Programa de Apoio Estratégico e parceria com o ICSB e professores de outros Quilombos, O FOQUIBA resolveu produzir módulo de estudos diferenciado dos modelos comerciais, trazendo em todos os conteúdos o recorte racial por entender que se fazia mais que necessário o conhecimento de fatos e ações inerentes ao povo negro, tão desprovido de conhecimentos referentes a sua história.

No campo político, o FÓRUM promove cursos de formação de professores, enfatizando sempre as questões de cunho racial, pois entendemos que, a cada momento, faz-se necessário trazer à tona discussões a respeito de assuntos que permeiam a vida de todos envolvidos no processo educacional e, por vezes, os profissionais não estão preparados para o enfrentamento de tais questões. No âmbito social, anualmente acontece o encontro de todos os estudantes, professores, coordenadores e colaboradores por acreditarmos que a socialização de conhecimentos soma-se a cada encontro que promovemos.

Atualmente, o FOQUIBA tem como coordenadores dois pedagogos e uma pedagoga; duas professoras graduadas em Letras trabalhando juntas na promoção e colaboração de uma educação inclusiva e antirracista que garanta a todos e a todos o direito de igualdade.

### 3 EDUCAÇÃO E RACISMO NO BRASIL

As desigualdades e iniquidades sócio-raciais entre negros e não negros no país, bem como o seu correspondente padrão assimétrico historicamente sedimentado ainda se estabelecem uma realidade na sociedade brasileira. Essa situação, definem, de forma persistente, as oportunidades dos grupos sociais e o acesso desses ao poder, ao prestígio social e a bens materiais e imateriais, reproduzindo, de modo incessante, o passado e o presente.

A educação no Brasil é um processo muito complexo, pois, desde o seu início, não foi formatada para atender às classes populares ou menos favorecidas social ou economicamente. Dentre essas, estão as classes trabalhadoras e, em particular, a população negra, que é bastante expressiva em grande parte do nosso país. Tem destaque na região Nordeste, primeiramente, em parte da região Sudeste especificamente, nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A falta de políticas públicas e de investimentos na educação faz com que essa, cada vez mais, torne-se ineficaz. Os resultados são burlados para parecerem perfeitos diante dos Órgãos Internacionais. Porém, o que vivenciamos é uma realidade adversa à que tanto propagam os governos. Esse é um processo que se arrasta há praticamente cinco séculos, pois desde o Império a educação no Brasil é tida como bem para poucos privilegiados.

Durante todo o governo imperial, não aconteceu, no Brasil, uma política educacional centralizada e abrangente. O poder central continuou eximindo-se do dever de prover a educação pública para todos. Com a Independência do Brasil, o Estado se exime da responsabilidade educacional, propondo a instrução livre para todos. Com essa estratificação, abre-se a possibilidade da implantação de um novo modelo de educação: surge a educação privada ou particular.

Depois da consolidação da República, houve várias propostas tramitando no Congresso Nacional e uma pressão social para uma política educacional pública em nível nacional. Todavia, só começa a ser concretizada em 1930, com a criação do

Ministério da Educação. Porém, só a partir de 1961, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases, começa a se consolidar a educação pública e gratuita no Brasil.

Esforços têm sido feitos por meios de medidas, projetos, leis de incentivos, decretos, e por alguns estudiosos com compromisso com uma educação pública de qualidade e de larga abrangência, contudo ainda há muito que se fazer para chegar a esse patamar.

Essa breve narrativa nos dá respaldo para consolidarmos a tese de que a desigualdade entre brancos e negros no Brasil não se deu de forma particularizada e individualizada, pelas potencialidades dos sujeitos. Mas se consubstancia por vias institucionais desde o governo da Coroa Real.

Cabe ressaltar que trataremos da educação voltada para o povo negro, que, mesmo ante a Proclamação da República, vem sendo vilipendiado pela exclusão dentro do processo educativo. Mesmo antes do final da escravidão, o Estado Brasileiro enquanto Instituição, já tinha a preocupação de determinar os critérios de acesso ou possibilidades dos negros na escola.

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro 1854, proíbe nas escolas públicas do país a admissão de escravos e prevê a instrução de adultos negros dependendo da disponibilidade do professor.

Ainda o Decreto nº 7.031-A, de 06 de setembro de 1878, estabelece que os negros só poderiam estudar no horário noturno. Houve ainda, nesse período, a Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico negreiro no Brasil, e, ao mesmo tempo, a Lei que regulamenta a posse e venda de terras.

Essa situação perdurou pela Colônia e Império e, logo após a Lei do Ventre Livre, foram criadas **instituições estatais** que ficariam responsáveis pela educação de crianças abandonadas pelos senhores de escravos. Mas essas instituições pouco influenciaram na educação das crianças negras, e, além de não se universalizarem, também não superaram a situação de abandono das mesmas.

Percebem-se, ainda, no Período Imperial, iniciativas voltadas para a educação de adultos. Herdou-se, do período colonial, um mundo repleto de preconceitos, apesar do intenso processo de miscigenação, que colaborou para aumentar o número de escravos, uma vez que crianças mestiças, até 1871, eram também escravas.

Através de cursos noturnos criados pelo decreto 7.031 de 06 de setembro de 1878 e da reforma do ensino primário e secundário, ficou instituída a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, passando os escravos a terem direito a frequentar as escolas públicas. Tal reforma não foi abrangente, atingindo apenas algumas províncias, onde os cursos eram dirigidos por abolicionistas e republicanos, os quais expunham suas ideias contra o sistema escravista. Por outro lado, várias províncias sequer admitiam a hipótese de aceitar alunos negros ou mesmo negros livres e libertos. Segundo Gonçalves:

A educação não se restringe à aquisição da escrita, menos ainda ao saber exclusivamente escolar. [...]. Os negros brasileiros aprenderam a lutar contra o preconceito e a discriminação raciais, incluindo em seu ideário reivindicações que visavam romper com o abandono exigindo direitos sociais e iguais oportunidades de educação e trabalho. [...] No ideário de luta dos negros brasileiros a educação sempre ocupou lugar de destaque: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora, como veículo de ascensão social e, por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio do qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano. (GONÇALVES, 2000, p. 335 – 337)

A escravidão se espalhou pela América no período da colonização e permaneceu por séculos. Mais tarde, por pressões internacionais, foi, aos poucos, sendo abolida, deixando, porém, uma cultura racista impregnada nos homens, mediante uma visão que preza apenas o exterior do ser humano e a sua condição social.

No Brasil, principalmente, as questões raciais estão relacionadas com o período da escravidão, quando se fez necessária a mão-de-obra escrava pela não-adaptação dos índios que aqui viviam em tal condição, e as idéias sobre a escravidão passaram a ser disseminadas pelos letrados coloniais (VAINFAS, 1986).

O conceito de racismo, segundo as teorias mais recentes, é mais do que discriminar ou ter preconceito racial. É uma ideologia que estabelece relação hierárquica entre características raciais e culturais e dissemina ideias de que algumas raças são, por natureza, superiores a outras. Essas ideologias impregnaram a esfera cristã colonial e continuam a espalhar seus ranços e malefícios até hoje. Mesmo já havendo se passado mais de cinco séculos, no Brasil, negros, mulatos e pardos continuam sendo discriminados pelo homem “branco”. Em diferentes momentos e sob diferentes justificativas, sempre foram tratados como seres inferiores em função de sua cor.

Com a Lei Áurea, paradoxalmente, a situação se agravou, ficando o negro a mercê da sua própria sorte. Mesmo após a proclamação da República, pouca coisa mudou para o negro em relação aos direitos políticos, uma vez que a organização da sociedade permanecia a mesma, não garantindo o seu acesso à educação.

Na virada do século XX, o negro livre defrontou-se com o imigrante europeu, valorizado pelos donos das terras como mão-de-obra mais eficiente em contraponto ao negro, crivado de novos rótulos pejorativos. O emigrante simbolizava a ideia de progresso, enquanto o negro representava o atraso. O negro passa a ser definido pelas novas teorias científicas como incapaz para o trabalho livre e responsável pela desordem social e pelo crime. Com a abolição da escravatura, a intensificação da imigração europeia foi a alternativa encontrada para “branquear” a raça brasileira, assim:

O imigrantismo propunha não somente a troca do negro pelo branco nos ‘setores fundamentais da produção’, como também arquitetava um projeto de regeneração e capacitação para o trabalho, cujo instrumento era a miscigenação, de que se esperava o desejado branqueamento moralizador das populações negras (CARVALHO, 1989 p.36).

Para Carneiro (1997), poucos foram os intelectuais brasileiros que, no começo do Século XX, condenaram as teorias racistas importadas da Europa. Podemos verificar, sim, teorias que reforçam a questão, como as disseminadas por Nina Rodrigues<sup>13</sup> e Euclides da Cunha, repletas de conceitos e estereótipos racistas.



Ainda segundo Carneio (1997), as teses que Nina Rodrigues defendiam sustentavam que negros e índios eram raças inferiores. Para ele, os mestiços tinham mentalidade infantil e não podiam receber no código penal o mesmo tratamento que os brancos.

Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, interpreta a História a partir do determinismo do meio e da raça. Considera a mestiçagem prejudicial, focalizando os mestiços como retrógrados e raquíticos, incapazes de ajudar no progresso brasileiro. Defendia a segregação racial para que não houvesse novas fusões com os negros (CARNEIRO, 1997, pp. 27).

Nas décadas de 30 e 40 do Século XX, ainda permanece a busca pelo idealismo do homem brasileiro. O mundo passa a conhecer o submundo colonial do povo brasileiro através da obra de Gilberto Freire *Casa Grande & Senzala*, universo de negros, mulatos, índios e judeus. Com a publicação da obra de Freire e o conhecimento dessa, inclusive fora do Brasil, começa a ampliar-se o debate para além da ideia de que a mestiçagem simbolizava atraso. Na visão de Freire, o encontro das três raças havia resolvido o problema racial brasileiro. Ele acreditava que o brasileiro estava a caminho de produzir uma nova raça, através da miscigenação, sendo visto como um aspecto positivo para o progresso do Brasil. Assim, Gilberto Freire cria a teoria da “democracia racial”.

Lilia Moritz Schwarcz, em seu artigo, *Nem preto nem Branco, muito pelo contrário: Cor e raça na intimidade*, analisa a estetização da democracia racial nos anos 30, a partir do texto escrito por Mário de Andrade, em 1928, no livro *Macunaíma*.

---

<sup>13</sup> Nina Rodrigues (1862-1906), médico, foi o primeiro a estudar sistematicamente a cultura dos africanos trazidos para o Brasil, como meio de decifrar-lhes a linhagem. Tornou-se, assim, um pioneiro dos estudos antropológicos afro-brasileiro. As teorias racialistas de Nina Rodrigues gozaram ainda de um certo prestígio até meados dos Séc. XX nas escolas de Direito do país, onde a Sociologia moderna custou a penetrar ( GUIMARÃES, 1999, p. 59,61)

Para a autora, esse texto é uma releitura do mito da democracia racial e das três raças formadoras da nação. “[...] *Macunaíma* [...] trazia uma série de intenções, referências figuradas e símbolos que, no conjunto, ‘definiam os elementos de uma psicologia própria de uma cultura nacional e de uma filosofia que oscilava entre o otimismo em excesso e o pessimismo em excesso’.” (SCHWARCZ, 1987)

A verdade é que a ideologia da democracia racial veio complicar a situação do negro no Brasil, pois passa uma ideia de relacionamento pacífico entre as diversas etnias, deixando fora a discussão dos conflitos raciais. Essa teoria pouco tem influenciado na melhoria da condição dos negros. Serve apenas para camuflar os conflitos étnicos existentes no país, impedindo o segmento branco de refletir sobre seu próprio comportamento discriminatório. Segundo Clóvis Moura:

O racismo brasileiro [...] na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. [...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. (MOURA, 1994, p.160).

A Era Vargas (1937-1945), sobretudo no Estado Novo, foi um período em que discriminações políticas e raciais marcaram o cotidiano brasileiro. O poder exigia “ordem” mantida à custa de repressão. A ideologia fascista da década de 30 no Brasil sustenta que só são fortes os países de população forte. Para alcançar tal situação, seria necessário o aperfeiçoamento do corpo e da raça.

Após a Segunda Guerra Mundial, a nova Constituição Brasileira, na perspectiva de mudanças, proibiu a discriminação racial. No entanto, apesar de negado, o preconceito racial continuava a fazer suas vítimas.

Em 1951, foi criada, por Gilberto Freire e Afonso Arinos, uma lei que previa penalidades para atos de discriminação de cor e raça em lugares públicos. Essa lei ficou conhecida como a Lei Afonso Arinos, e admitia, com clareza, o racismo existente no Brasil. Atualmente, os crimes de racismo são condenados pela

Constituição como imprescritíveis e inafiançáveis (artigo 5º), pelo Código Penal (artigo 2308) e pela Lei 7716, Art. 1º (CARNEIRO, 1997, p. 51).

Embora legalmente a coibição de manifestações de racismo seja importante, ela não basta para transformar ideologias arraigadas no imaginário da população brasileira. Por isso, muitos estudiosos têm apontado para a necessidade de se dar maior atenção ao processo educativo que se desenvolve em várias instâncias da convivência humana.

É nesse processo que se concretizam as falsas concepções a respeito do negro, que são, também, internalizadas pelo próprio grupo étnico em questão, o que dificulta a construção de um processo identitário crítico e positivo capaz de combater as concepções negativas criadas pelo grupo dominante, o branco.

A escola, nesse intervalo, não fornece elementos necessários que venham auxiliar na formação da identidade racial e, além disso, reforça, de forma negativa, alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador, não havendo indicação de que a mesma esteja preparada para lidar com todas essas questões. Principalmente, não vê de maneira clara ou não leva em conta as desvantagens econômicas e sociais do aluno negro em relação ao aluno branco, mesmo ambos estando inseridos no mesmo processo.

Ao analisar a situação da educação do negro no Brasil, é preciso redirecionar os questionamentos das parcelas interessadas. Não se pode associar mecanicamente o sucesso escolar dos filhos à escolaridade dos pais, pois pais analfabetos têm estimulado seus filhos a terem sucesso na escola. Mas, também, não se deve ater apenas à questão familiar. É necessário fixar o olhar sobre a expansão das políticas públicas educacionais.

Como bem afirmou Florestan Fernandes (1993), o branco deve se conscientizar de seu comportamento preconceituoso, e o negro precisa aprender a não se eximir dos efeitos nocivos do racismo existentes no Brasil, pois, só assim, poderão coexistir

como cidadãos de uma sociedade multirracial. A escola tem papel fundamental nesse processo:

As contribuições da escola e das instituições-chave serão manejadas pelo Poder Público nesta direção. O negro não é somente 'igual perante a Lei'. Ele ocupa uma situação desfavorabilíssima que precisa ser corrigida pela educação democrática, pelo convívio, como cidadãos da mesma sociedade civil e do mesmo Estado (FERNANDES, 1993, p. 238-240).

A escola tem pela frente diversos desafios para que possa lidar com a discriminação racial. Em primeiro lugar, deve promover e encontrar mecanismos de combate ao preconceito e discriminações raciais na família e na escola. Segundo, deve elaborar propostas curriculares e educacionais para o enfrentamento das questões raciais a partir da pré-escola.

Por conseguinte, faz-se necessário a elaboração de novas propostas e a construção de material didático para enfrentar o problema. Finalmente, exigir a formação de uma identidade negra positiva que se construa na relação com o branco e no reconhecimento das diferenças.

O estudo da interface racismo e educação oferecem uma possibilidade de colocar, em um mesmo cenário, a problematização de duas temáticas de inquestionável importância. Ao contemplarmos as relações raciais dentro do espaço escolar, questionamo-nos até que ponto ele está sendo coerente com a sua função social quando se propõe a ser um espaço que preserva a diversidade cultural, responsável pela promoção da equidade.

Sendo assim, aguardamos mecanismos que devam possibilitar um aprendizado mais sistematizado, favorecendo a ascensão profissional e pessoal de todos os que usufruem os seus serviços. Vislumbramos que a educação oferecida por "esse espaço democrático" seja comprometida com a formação de sujeitos críticos e responsáveis pela disseminação de uma educação que trabalhe na perspectiva do antirracismo.

As novas propostas embasadas nas mais novas Leis, 10.639/03 e 11.645/ é que se trabalhe com as questões de cunho antirracistas dentro do ciclo básico da educação, pois é de suma importância que os sujeitos inseridos nesse processo adquiram as noções de respeito a todos que estão presentes no seu cotidiano e o professor é sem dúvida a peça mais importante dessa engrenagem para esses “novos” conhecimentos, e a formação desses professores deve estar imbricadas com os temas a serem percorridos dentro do espaço de ensino e aprendizagem. Anterior a esse movimento, o Instituto Steve Biko sempre se preocupou em manter os seus professores e professoras atualizados em relação às questões raciais, trabalhando sempre na perspectiva de uma educação antirracista, no combate a todos e quaisquer tipo de preconceitos e discriminações, respeitando as particularidades de cada sujeito.

### 3.1 EDUCAÇÃO E ANTIRRACISMO: um desafio para a formação de professores

A educação brasileira, em seu tempo contemporâneo, passa por importantes transformações que redefinem o seu papel perante a sociedade, bem como, o papel que os diferentes sujeitos envolvidos exercem neste cenário de mudanças.

A educação escolar, com as suas relativas funções de formação e instrução, é convidada a responder a tais desafios, por meio da redefinição de suas bases teórico-metodológicas, das suas práticas educativas habituais, bem como do conjunto de valores e procedimentos que norteiam as suas ações.

O panorama que se apresenta é multifacetado, multicultural e plural, pois a sociedade brasileira caracteriza-se por uma pluralidade étnica, sendo essa produto de um processo histórico que inseriu num mesmo cenário três grupos distintos: portugueses, índios e negros de origem africana. Esse contato favoreceu o intercuro dessas culturas, levando à construção de um país inegavelmente miscigenado, multifacetado, ou seja, uma unicidade marcada pelo antagonismo e pela imprevisibilidade.

O estudo da interface racismo e educação oferecem uma possibilidade de colocar, num mesmo cenário, a problematização de duas temáticas de inquestionável importância. Ao contemplarmos as relações raciais dentro do espaço escolar, questionamo-nos até que ponto ele está sendo coerente com a sua função social quando se propõe a ser um espaço que preserva a diversidade cultural, responsável pela promoção da equidade. Sendo assim, aguardamos mecanismos que devam possibilitar um aprendizado mais sistematizado favorecendo a ascensão profissional e pessoal de todos os que usufruem os seus serviços

Mesmo diante do trato cultural descrito anteriormente, esse contato desencadeou alguns desencontros. As diferenças se acentuaram, levando à formação de uma hierarquia de classes que deixava evidentes a distância e o prestígio social entre colonizadores e colonos. Os índios e, em especial, os negros continuaram em situação de desigualdade, situando-se na marginalidade e exclusão social, sendo essa última compreendida por uma relação assimétrica em dimensões múltiplas – econômica, política, cultural. Sem a assistência devida dos órgãos responsáveis, os sujeitos tornam-se alheios ao exercício da cidadania.

Dentro desse novo protótipo educacional, três aspectos ganham dimensões particulares: o currículo escolar, a avaliação do ensino, e, em destaque maior, a formação dos docentes, que a partir desse momento, carregam sobre si a responsabilidade, ainda que tímida, de trabalharem na perspectiva de uma educação antirracista, mesmo que o seu aprendizado enquanto docente não tenha sido construído sob essa nova perspectiva.

A escola tem sido um espaço de disseminação de valores, crenças, convicções. Isso pode ser facilmente explicitado, principalmente, quando analisamos os materiais utilizados nas escolas. Há uma disseminação de preconceitos relativos a etnias, classes sociais, gênero e diferentes ideologias, inclusive religiosas.

Diante dessas funções da escola, precisamos nos perguntar sobre o papel dos trabalhadores educadores na consolidação da mesma. Às vezes, ouvimos, especialmente dos professores, que não conseguem mais socializar o conhecimento, que a escola não tem realizado sua função principal, porque tem

muitas outras funções. Não estaríamos nos escondendo por detrás das novas tarefas da escola nesse novo contexto social para deixarmos de realizar uma das nossas funções? Afinal, quantas horas o professor gasta com as outras funções, como distribuir merenda, atender pais, conversar com o aluno em crise, resolver questões pessoais e íntimas dos seus alunos? Qual das funções poderíamos nos recusar a realizar? Apesar de tudo isso, sobra-lhe tempo. E o que se faz com ele? Socializa um conhecimento superficial, inútil, fragmentado e distante da realidade social. O currículo, que é implantado aleatoriamente pelos organismos que organizam o processo educacional com interesses próprios e ideologias políticas, não explicita.

O currículo escolar deve apontar para o desafio da transposição didática, ou seja, como transformador de conteúdos e conhecimentos adquiridos na formação inicial e continuada e transcritos nos livros científicos e nos materiais didáticos para o universo da sala de aula em formas de práticas educativas, valores atitudes, iniciativas e comportamentos que possibilitem aos alunos este processo de descoberta de si e do outro, portadores de identidades híbridas, transversais e que dialoguem no espaço escolar território da educação, do qual os alunos negros também fazem parte. (PAULA, 2010, p. 10).

Não adianta idealizarmos a escola. Ela é fruto, em parte, do contexto e esse é o contexto. É preciso mobilizar politicamente os professores enquanto trabalhadores da educação para se instrumentalizarem para acompanhar o “novo momento” por que passa a educação. O engajamento faz-se necessário, ou para reforçar a construção de instrumentos para romper, ou para manter o modelo social. Um trabalho crítico deve permitir vislumbrar formas de viver que não se limitem à lógica da irracionalidade do capital.

A questão é que precisamos ter clareza sobre que projeto de sociedade faz parte do nosso projeto de vida e levarmos esse projeto para o nosso trabalho. Estamos com as mãos limpas ou sujas na construção do atual projeto de sociedade.

A grande questão é então definir as funções da escola pública a partir da perspectiva de uma educação popular, emancipadora, libertadora, construtora de identidades e, acima de tudo, disseminadora das políticas antracista. Educação

popular é uma educação de classe. A luta das camadas populares pelo acesso à instrução foi mascarada pela democratização da escola, mas só do seu espaço, onde se realiza um processo de educação burguesa e não de educação popular.

Oferecer uma educação popular não implica em deixar de distribuir merenda ou vales, mas garantir um processo educativo que faça o sujeito refletir sobre si mesmo e sobre sua classe, contribuir para que as classes dominadas deixem de ser classe em si e passem a ser classe para si. Não podemos isolar a escola da luta de classes.

A escola pode realizar sim, várias funções, mas não pode deixar de realizar sua função de construir uma escola pública que ofereça um processo educativo popular e condizente com os novos paradigmas educacionais vigentes.

Acreditamos que uma prática educacional que tenha como preocupação o combate ao racismo e vencer os desafios aqui colocados, rumo à construção de uma re-educação positiva das relações raciais, tal como as demais relações de gênero de classe social dentre outras, deve estar amparada em concepções pedagógicas que possibilitem esse movimento no campo da ação docente. A nosso ver, deve ser uma pedagogia da diversidade, fundada e amparada numa educação plural, em que as várias diferenças são articuladas em uma nova identidade, não homogênea, mas uma identidade complexa, articulada em três conceitos fundantes da sua gênese epistemológica; o conceito de identidade, o conceito de alteridade e o conceito de diversidade. Paula (2010, p.10) define os conceitos:

1. O conceito de identidade – entendido como um movimento que funda os sujeitos como portadores de uma consciência de si na interlocução com outros sujeitos – portanto de uma identidade individual;
2. O conceito de alteridade – entendido como o movimento que reconhece os vários sujeitos históricos como portadores de uma identidade individual – a qual deve não ser tolerada, mas sim, respeitada, aceita, e incorporada ao tecido social que não a dilui, mas, preserva-a;
3. O conceito de diversidade - entendido como o movimento que forja uma nova identidade, não mais a do “eu” – identidade individual, ou a do “outro” – identidade que comigo dialoga e a quem eu respeito e reconheço; mas a do “nós”, que, ao se reconhecerem e se



respeitarem não se opõem, e, ao não se oporem não se dissolvem – mas dialogam e neste diálogo promovem formas de convívio social onde o conflito faz surgir o novo a cada dia, e com ela, uma identidade em permanente mutação.

Essa prática educacional deve articular a transposição didática de um conjunto de valores educacionais dentre os quais aqueles que compreendam que a educação e a educação escolar constituem-se num território permeado por inúmeras identidades que se chocam entre si, e que a pluralidade só pode se constituir, como referência, para esse conjunto de princípios, se for capaz de articular um processo social no qual as diferenças não sejam mais um processo de exclusão social e que não sejam também transformadas em desigualdade social.

Vale ressaltar que essa prática educacional só poderá ser adotada de maneira significativa e eficaz se os trabalhadores da educação forem instrumentalizados pelas instituições formadora dos mesmos, pois sabemos, de antemão, que os currículos adotados nas instituições promotoras do Ensino Superior não oferecem, sob raríssimas exceções, uma grade curricular que acompanhe as importantes transformações por que passa o processo educacional no condizente às relações étnico-raciais.

A obrigatoriedade de estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira no currículo da educação escolar brasileira foi estabelecida por meio da Lei Federal nº 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases /1996 e das demais legislações correlativas dentre as quais, o parecer de nº 03 de 10 de março de 2004 do CNE (Conselho Nacional de Educação) – Câmara Plena – Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução nº 01 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação – Câmara Plena – Resolução CNE/CP nº 01/2004. A legalização e a obrigatoriedade dos estudos apontados fazem parte tanto da educação básica quanto do ensino superior, conseqüentemente, de todos os níveis e modalidade de ensino, em forma de disciplinas ou como conteúdos transversais, devendo ser trabalhados em todas as disciplinas.

Os PCNs instituem como temas transversais: Os Temas que permeiam necessariamente toda a prática educativa, que envolve relações entre os alunos, entre professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar; a perspectiva transversal aponta uma transformação da prática pedagógica, pois

rompe a limitação da atuação dos professores às atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a sua formação dos alunos. (MEC – PCN, 1997)

Nesse momento, existe certo desconforto e preocupação por parte de determinados grupos engajados da sociedade que almejam mudanças na educação no que tange às questões de cunho étnico e político-racial. Tal preocupação reside em se saber como anda efetivamente a implementação dos estudos acima mencionados e como vêm ocorrendo as implicações nos currículos das instituições de ensino superior que trabalham para a formação e atuação dos docentes e para as práticas desenvolvidas pelos mesmos com vistas à implementação desses.

Ainda é plausível encontrarmos um número significativo de educadores (as) que pensam que debater sobre relações raciais não é tarefa da educação, que é um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento evidencia uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. Essa afirmação traz, de maneira subentendida, a ideia de que não é da alçada da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana.

Para Gomes (2008), não há como negar que a educação é um processo de amplitude e de complexidade na construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do acontecer humano. Porém, pergunta se não é contraditório que tantos educadores concordem com essa afirmação e, ao mesmo tempo, neguem o papel da escola no trato com a diversidade étnico-racial. E ainda: como podemos pensar a escola pública brasileira deslocada das relações raciais que fazem parte da construção histórica, cultural e social deste país? É possível pensar as relações raciais fora do conjunto das relações sociais?

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-racial é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, e as relações raciais entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes

da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2008, p.143).

Vários são os teóricos que sinalizam o racismo como um dos mais graves problemas da nossa sociedade. Diante dessa visão, têm traçado estratégias para mobilizar todas as forças vivas dessa mesma sociedade para combatê-lo. Dentre essas forças, a educação escolar que, embora, sozinha, não possa resolver tudo, ocupa um espaço de destaque. Ainda que saibamos que a educação, tanto escolar quanto familiar, possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas para aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade. (MUNANGA, 2008, p. 14).

O processo educativo, por si só, não resolverá o flagelo do racismo, tampouco o combaterá sem que os atores nele estejam envolvidos direta ou indiretamente. Para trabalharmos com políticas antirracistas, é necessário o entendimento conceitual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito por parte dos educadores (as). Esse conhecimento poderá ajudá-los na identificação de quando ocorre uma prática racista no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores, porém as discussões em si avaliadas não são suficientes. Interessante seria se houvesse as possibilidades de se construir experiências de formação que os professores em questão pudessem vivenciar, analisar e, acima de tudo, propor estratégias de intervenção que valorizassem a cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal.

É necessário que, na educação, a discussão teórica e conceitual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas e respaldada pelas leis que dão suporte para essas discussões, pois, nesse tocante, estamos mexendo com valores e com questões delicadas e subjetivas que devemos refletir sempre. Dentre essas, encontra-se a autonomia do professor. Entretanto, qual a relação existente entre autonomia do professor e as questões raciais?

Ser um professor com autonomia dá a esse profissional a chancela de agir de maneira inconsequente junto aos escolares? Alguns docentes, erroneamente, dizem

que a autonomia do professor acontece através da liberdade de escolha e adoção de conteúdos e de práticas metodológicas feitas a sua escolha, a discussão de determinadas temáticas ou não, o uso da sua autoridade para com o aluno dentre, outros.

Ao entrarmos no mérito dessas questões, estamos questionando a nossa atuação profissional e a nossa postura ética diante da diversidade étnico-cultural e das suas diferentes manifestações no interior da escola. Devemos sempre nos perguntar: que tipo de profissionais temos sido? A educação da qual fazemos parte é realmente ética ou está necessitando de novos princípios éticos que re-orientem as práticas pedagógicas vigentes? E a nossa relação com as questões raciais na sala de aula e na escola, como tem sido conduzida? A escola deve, por acaso, em nome da autonomia de cada docente, permitir ser conivente com o/a professor (a) permitindo práticas racistas entre seus alunos?

Essa autonomia deve ser questionada sempre. Em se tratando dessas questões, pensamos que autonomia não significa ser livre para fazer o que se quer. É necessário que as práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios éticos que norteiem as relações instituídas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras. Além de tudo, é imprescindível introduzir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no cerne desse debate.

Propostas de inserções políticas pedagógicas voltadas para questões antirracistas nas escolas significam muito mais que ler livros e manuais informativos. Pensamos que todos os educadores, ao trabalharem com as questões antirraciais, deveriam, antes de qualquer coisa, tomar conhecimentos das lutas, demandas e conquistas dos movimentos e instituições que trabalham com as temáticas étnico-raciais e antirracistas, dentre essas, as que fazem parte do Movimento Negro.

Por todo o país, há, sem dúvidas, movimentos sociais organizados trabalhando com as temáticas antirracistas. Podemos citar, em nível local, aqui na cidade de Salvador, na Bahia, instituições como o Ilê Aiyê<sup>14</sup>, que tem projeto em parceria com escolas públicas, capacitando professores (as) e envolvendo alunos em projetos

pedagógicos e oficinas, em que a temática racial é o objetivo principal. Além desse projeto, o Ilê Aiyê mantém, desde 1988, a escola comunitária de Ensino Fundamental Mãe Hilda, no bairro da Liberdade, cujo projeto pedagógico tem como base a cultura e a história do povo negro no Brasil.

No Instituto Cultural Steve Biko, em nível diferenciado, contamos com projetos voltados para a inserção de estudantes afro-descendentes no ensino superior.

Contamos com a colaboração do Instituto Cultural Steve Biko na discussão das temáticas antirracistas nos projetos Pré-vestibular e Oguntec. Paralelo a esses dois projetos, existe o DHAR – Projeto de Formação de Jovens em Direitos Humanos e Antirracismo, que promove cursos para jovens estudantes da rede pública e de comunidades que se encontram em fator de risco e vulnerável a violências, trabalhando com esses jovens a conscientização e a importância dos valores e das práticas antirracistas para a sua formação cidadã.

Em nível nacional, também nos últimos anos, tem acontecido importantes fatos que vêm modificando as práticas educacionais vigentes. Além da Lei 9.934/96 (LDBEN), da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08, que complementa as anteriores sem invalidar ou revogá-las, outros mecanismos legais têm sido implementados para reforçar as leis em suma.

No ano de 2003, foi criada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, órgão cuja missão institucional é acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial, articular a execução de programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil para combater a discriminação racial e ao racismo.

---

<sup>14</sup> Associação Cultural Ilê Aiyê surgiu a partir do Bloco carnavalesco Ilê Aiyê que foi fundado em 1 de novembro de 1974 tendo sua sede atual na Rua do Curuzu, nº 223 – Liberdade – Senzala do Barro Preto. (GOMES, Nilma Lino, 2008, p. 147, nota de rodapé).

A IIª Conferencia Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR – que aconteceu de 25 a 28 de junho de 2009 no Centro de Convenções Ulisses Guimarães – Brasília/DF, teve, como objetivo, a elaboração de propostas de políticas públicas para a promoção da igualdade racial e para o enfrentamento do racismo e discriminação racial, trazendo propostas importantes para a formação e capacitação de profissionais para atuarem no processo educacional na perspectiva antirracista. Dentre elas, podemos citar:

- ✚ A incorporação do recorte étnico-racial e de gênero aos programas e ações da área da Educação, nas esferas federal, distrital, estadual e municipal em todos os níveis e modalidades de educação e ensino, ampliando e garantindo as vagas nos cursos já existentes para gestores, professores, técnicos, pesquisadores, conselheiros escolares e pais das redes públicas e privada, da população negra e das comunidades tradicionais.
- ✚ Garantir, em cumprimento às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, nas esferas federal, estadual e municipal, programas de formação continuada em história africana, afro-brasileira e dos povos indígenas, de todos os profissionais da educação, dentro da jornada de trabalho, e de lideranças comunitárias, mediante a realização de cursos permanentes sobre a temática, contemplando e respeitando os valores culturais e a cosmo visão afro-brasileira e indígena. Os cursos deverão ser ministrados por pessoas com formação acadêmica e/ou detentores de notório saber, e que possuam comprovada vivência cultural junto às comunidades tradicionais afro-brasileiras e dos povos indígenas.
- ✚ Implementar, em todas as instâncias de ensino, a perspectiva étnico-racial e de gênero e orientação sexual, desde a educação infantil, assegurando a integridade física e psicológica das crianças negras, indígenas, quilombolas e demais etnias historicamente discriminadas, especialmente árabes, palestinos, judeus, ciganos e comunidades de terreiro, no sentido de prevenir práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias. Estimular iniciativas de

aperfeiçoamento curricular com recorte de gênero, étnico-racial, diversidade sexual e religiosa.

- ✚ Criar, estruturar e descentralizar cursos pré-vestibulares voltados para os segmentos da sociedade historicamente discriminados, com o apoio dos Poderes Públicos e entidades envolvidas na promoção da igualdade racial, buscando, junto ao Ministério da Educação – MEC, mecanismos para o fortalecimento dos já existentes.
- ✚ Articular, com diversos agentes, processos de formação inicial e continuada para profissionais de educação que atuam em escolas urbanas e rurais, quilombolas, comunidades de terreiros, povos indígenas e ciganos, de acordo com o que estabelece o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena.

Diante de tantos respaldos legais para a efetivação de uma educação que contemple a diversidade cultural, respeitando as diferenças, as identidades, os direitos e a história do povo negro brasileiro na perspectiva antirracista, devemos refletir por que muito pouco se tem feito até o presente momento para colocar em prática essas disposições legais, dentro da ética e da moral.

Por que encontramos, ainda, tantas dificuldades para a implementação dessas ações junto às instituições de ensino, que vão desde a educação básica ao ensino de nível superior? A quem pode interessar o não cumprimento das deliberações aqui explicitadas? Quais os impactos que as leis, se colocadas em prática, causariam no meio educacional e no nosso país como um todo?

Esperamos que as nossas escolas em todos os níveis e academias estejam atentas as novas mudanças por que passa a nossa sociedade, pois o reflexo dessas ações recentes tem mudado mesmo timidamente os nossos jovens estudantes e os profissionais que atuam na educação, ainda que tradicionalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos seus dezoito anos de existência, o Instituto Cultural Steve Biko tem transformado, de forma significativa, a vida de um número expressivo de pessoas que estabeleceram com ele uma afinidade real no seu cotidiano, quer como alunos ou em diferentes posições. Passar pela Biko, como é carinhosamente chamado por muitos o ICSB, é conhecer outro universo, um mundo onde todos passam a enxergar de maneira diferente o meio que os cerca. É conhecer a sua história, a história negada dos nossos ancestrais, que ainda permanece burlada pela sociedade que difundiu o mito da democracia racial para nos cegar diante das evidências do racismo.

Sendo uma instituição que faz parte do movimento social negro, traz, desde a sua fundação até o presente momento, a mesma ideologia política e social, trabalhando para inserir, nos espaços de poder, membros da sociedade excluídos pela discriminação e pelo preconceito. Acredita que só através da educação é que estes seres, homens e mulheres, negros e negras conseguem sair da miséria intelectual, tornado-se atores da sua própria história e subsidiando a história de outros que virão fazer parte da suas vidas, direta ou indiretamente.

Pensar nas pessoas negras, nos seus problemas, na sua luta pela conquista de ascensão e de liberdade é pensar no coletivo. Isso é o que tem feito o Instituto Steve Biko, desde o momento que jovens negros, estudantes, vendo a baixa representação negra dentro da Universidade, resolveram fundar um curso pré-vestibular para trilhar outros caminhos, necessário para que outros negros, que não tiveram a oportunidade que eles, possam adentrar para aquele espaço de disseminação de conhecimento que tinham como atores principais, até então, estudantes das classes que gozam de todos os privilégios sociais, sendo estes não negros.

O movimento negro e grupos organizados da sociedade civil, dentro das universidades vem apontando com assiduidade o tratamento discriminatório destinado aos negros e negras, lutando não só para suprimir as políticas de



inferiorização, como também pela equidade de oportunidade, que é a ética da diversidade. O parecer de uma educação com vistas para a diversidade coloca para todos e todas, educadores e educadoras, a grande provocação de estarmos vigilantes às diferenças (econômicas, sociais e raciais) e de procurar construir um saber mais crítico.

O Instituto Cultural Steve Biko, sendo uma organização mais jovem do movimento negro soteropolitano, tem colaborado efetivamente para reparar as desigualdades sociais sofridas por milhares de negros e negras da cidade de Salvador. Tendo escolhido a educação como campo de atuação política, a Biko impetrou, nos últimos anos, o cumprimento do papel proposto: permitir aos estudantes afro-descendentes o acesso ao ensino superior e, concomitantemente, constituir cidadãos mais conscientes da sua condição de negritude.

A disciplina Cidadania e Consciência Negra, criada através dos questionamentos políticos que seus fundadores traziam para a sala de aula, tornou-se a força propulsora do Instituto. “O CCN é o coração da Biko”. Tem alcançado a meta de acordar a consciência negra e política, levantar a autoestima e resgatar a ancestralidade africana de seus educandos, promovendo a valorização da cultura de origem africana, a destruição de mitos e de acontecimentos imaginários sobre a história da África e do negro na Diáspora.

Como egresso e hoje colaborador do Instituto Cultural Steve Biko, tenho, pois, a propriedade de tornar explícita as mudanças que ocorreram na minha vida. Foi através do meu ingresso na Biko que tomei conhecimento de fatos que, durante passaram despercebidos. Hoje, na reta final do curso de Pedagogia, aproprio-me dos conhecimentos disseminados pela Biko e vislumbro uma educação de qualidade, democrática e emancipatória, à qual todos tenham acesso, em condição de igualdade. Uma educação antirracista, que respeite a história e o princípio de identidade de cada sujeito que esteja nela inserido. Sobretudo, uma organização que resgate o respeito à diversidade e o pluralismo do povo brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ASH, T. G. **Brasil é o futuro onde só haverá uma raça.**

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/bbc/reporte/2007/07/12/ult4904.jhtm>

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/4177/1/As-Politic-De-Acao-Afirmativa-No-Brasil/pagina1.html#ixzz15P4PXwYG> – Acesso em 06/10/2010

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20.12.96:** estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1996.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental - Brasília- MEC / SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18 ed. rev. ampl. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 10.639, de 09.01.03:** altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afrobrasileira”.

CARDOSO, Nádía Maria. **Manual de Anti-racismo e Direitos Humanos para Jovens.** 2ª Ed. Salvador. Instituto Steve Biko. 2008

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. **O Racismo na História do Brasil – Mito e realidade.** 5ª Edição. São Paulo: Ed. Ática. 1997.

CARVALHO, Marta M. Chagas. **A escola e a República.** 1ª ed. S.P.: Ed. Brasiliense, 1989. Coleção tudo é História.

FERNANDES, Florestan. **“Projeto de Lei, emenda Constitucional.”** In. Revista de História. São Paulo. Nº 129-131. ago./dez./93 a ago/dez/94. p.238-240.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994 (Questões da nossa época, v. 5).

GOMES, Nilma Lino. *Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação.* In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª Ed. Revisada / Kabengele Munanga, Organizador. – (Brasília): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. P. 139.

GONÇALVES, Luís Alberto de Oliveira. **Negros e Educação no Brasil.** In: LOPES, Eliana Lima Teixeira, (org.) 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: 2000, Ed. Autêntica. P. 335 a 346.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999. 240 p.

LIMOEIRO, Cicleide Santana. **Silenciando sobre a questão racial na Educação Infantil: um estudo de caso com professoras em uma escola particular da cidade de Salvador**. Monografia FAGED. UFBA, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2ª Ed. Revisada / Kabengele Munanga, Organizador. – (Brasília): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. P 11 a 16.

NASCIMENTO, Guimário dos Anjos. **Cidadania e Consciência Negra no Instituto Cultural Steve Biko**. Monografia apresentada ao curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira: Fundamentos e Metodologia. Convênio APLB – Fundação Visconde de Cairu. Salvador, 2007.

OLIVEIRA, George Roque Braga . **Análises dos impactos sócio-econômicos e Culturais do Instituto Steve Biko no vestibular da UFBA**. Monografia Faculdade de Ciências Econômica da UFBA. Salvador, 2008.

PAULA, Benjamim Xavier. **A educação para as relações étnico-raciais e os desafios a construção de uma educação anti-racista**. Artigo publicado pela ANPUH – associação nacional de História no XIV Encontro Regional da ANPUH, Rio de Janeiro 2010. Disponível <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273288874>. Acesso em 25 de out. 2010

SAWAIA, Bader. *Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa?* In: **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Bader Sawaia (org). 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2009.

SANT'ANA, Antônio Olímpio. *Histórias e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados*. In: **Superando o Racismo na escola**. 2ª Ed. Revisada / Kabengele Munanga, Organizador. – (Brasília): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. P. 139.

SANTOS, Maria Durvalina C. **“Educação, Cidadania e Reconstrução de Identidades: Caso Cooperativa Steve Biko”**. Tese de Mestrado Faced-UFBA. Salvador, 1997.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na Intimidade**. História da Vida Privada no Brasil: Contrastes e intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. Das Letras. 1998. Vol.4. e Educação. São Paulo: Nov/1987, Cadernos de Pesquisa nº 63.p. 46-48.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Cartilha da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Resoluções da II CONAPIR** – Brasília. 2009

SILVA, Sueli Melo. **Educação e Racismo no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 18, p. 93-99, junho 2005. Artigo disponível em [WWW.Google.com.br](http://WWW.Google.com.br) , visitado em 13/10/2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986. (História Brasileira, 8).

## ANEXOS



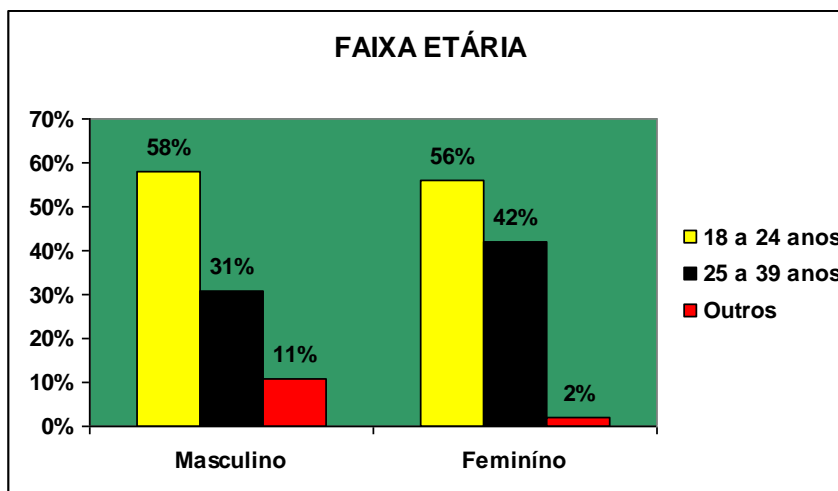
Instituto Cultural  
Steve Biko

### PRÉ VESTIBULAR 2010 – TURMA: ALCIDES DO NASCIMENTO LINS PERFIL SOCIAL

A turma do pré-vestibular do Instituto Cultural Steve Biko do ano de 2010 teve a intenção de incluir 75 (setenta e cinco) estudantes. Alguns matriculados no início do curso evadiram por questões pessoais e foram paulatinamente substituídos, de forma que atualmente temos 74 (setenta e quatro) estudantes matriculados freqüentando as aulas. Todos tiveram diversos aspectos de suas vidas, como as questões sociais, econômicas, familiares e educacionais, analisadas pelo Serviço Social no processo de entrevistas. Diante destas informações foram possíveis de traçar os aspectos mais comuns entre os mesmos.

A maioria é mulher, correspondendo a 48 estudantes, enquanto os homens apenas 26. Este dado está em consonância com a maciça inserção das mulheres na Instituição, demonstrando rompimento com a inserção histórica majoritária de homens na busca por cursos de nível superior. A faixa etária tem variado entre os 18 a 52 anos, mas a grande maioria dos estudantes são jovens, pois encontram-se na faixa etária de 18 a 24 anos (Conforme Programa “Pro Jovem”, que introduz no Brasil um padrão internacional de conceituação de Juventude). O gráfico abaixo demonstra de forma comparativa a faixa etária dos homens e mulheres.

GRÁFICO 1 – FAIXA ETÁRIA



Pertinente notar que predomina tanto entre os homens quanto as mulheres a faixa de idade considerada “Juventude”. No entanto, grande parte dos homens, 31%, e 42% das mulheres estão com idades entre 25 a 39 anos e há em ambos casos específicos, pois há dois homens com 52 anos e um com 45 anos e, entre as mulheres, uma única com 44 anos.

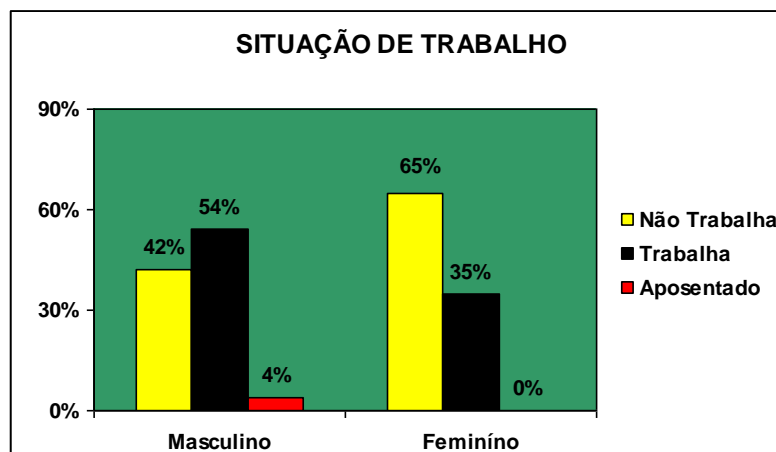
Após a análise de idade, as condições de habitação foram analisadas, levando-se em consideração os endereços dos estudantes selecionados. Não apresentamos o mapeamento por bairros, visto a diversidade destes, mas podemos perceber o quanto há de comum nos contextos sociais a que estão inseridos, especialmente pelos relatos característicos de “bolsões de pobreza<sup>2</sup>”, estrutura desordenada de domicílios e presença violenta e incisiva do tráfico de drogas.

Os dados econômicos expõem de forma objetiva todas as análises sociais já apresentadas e complementam-nas de forma a facilitar inclusive a comprovação da situação de vulnerabilidade social dos estudantes. De forma geral, podemos afirmar que os estudantes estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com baixo poder aquisitivo. Apresentam rendas per captas de aproximadamente R\$ 200,00 (duzentos reais) e grande índice de desempregados e trabalhadores informais em suas famílias, que geralmente têm como renda fixa alguma aposentadoria ou o benefício do Programa Bolsa Família, o que significa que estão inseridas no

<sup>2</sup> Por “Bolsões de Pobreza” pode-se entender como designio de uma localidade onde a situação de sócio-econômica seja muito parecida entre as famílias que lá vivem, analisadas suas situações de moradia, acesso, saúde pública, etc.

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Geralmente, os Programas Sociais estipulam 1/3 e 1/4 do salário mínimo como índice que comprova situações de pobreza das famílias.

**GRÁFICO 2 – SITUAÇÃO DE TRABALHO**



Conforme o gráfico 2 exposto acima, a maioria das mulheres não está inserida no mercado de trabalho, enquanto pouco mais da metade dos homens trabalham e 4% vivem de aposentadorias. “Felizmente” ao investigar a situação dos estudantes que trabalham pode-se perceber que 76% das mulheres estão em trabalhos formais e 86% dos homens também, ou seja, maiorias de ambos com direitos trabalhistas garantidos. Ao averiguar sobre o custeio das despesas das famílias dos estudantes que não trabalham, percebe-se que o pai e/ou a mãe é responsável, sendo 58% no caso das mulheres e 64% no caso dos homens. Evidencia-se ainda outras situações, como o custeio por parte dos conjugues, onde nota-se a subordinação histórica das mulheres (13%), enquanto em 9% das famílias dos homens são as mulheres quem mantêm. Há parcela significativa das famílias dos estudantes (27% dos homens e 16% das mulheres) que estão se mantendo apenas com benefícios sociais, como Bolsa Família, Pensões, Auxílios-Doença, Benefício de Prestação Continuada – BPC, dentre outros.

Uma consequência desta situação econômica exposta reflete diretamente nas dificuldades de acesso à Instituição para freqüentar as aulas, se mostrando mais graves e apresentando novas demandas a cada dia, como condicionantes familiares

(exemplo: necessidade de cuidar dos filhos) e outras, como condições de saúde e deslocamento. Desta forma, o custeio do transporte tem se feito essencial.

A composição familiar dos estudantes foi um dos aspectos muito privilegiado nas entrevistas sociais, tanto para percepção de informações objetivas, como renda per capita, quanto para melhor compreender as relações familiares imprimidas em seu cotidiano e que interferem no seu desempenho, conforme muito explicitado por eles próprios. Os dados mostram que menos da metade dos estudantes moram com os pais, mas cerca de 60% com pai, mãe ou responsável. Há estruturas familiares diversas que envolvem diversos parentescos ou nenhum consangüíneo. Estas informações nos remetem as mudanças contemporâneas da “família brasileira”, que teve recriado inclusive seu conceito no intuito de acompanhar tais transformações. As famílias mono parentais caracterizam-se por esta diversidade, onde apenas um dos genitores assume o papel de chefe da família e têm dado conta das tarefas e papéis estabelecidos histórico e culturalmente para cada um.

As relações familiares da maioria dos estudantes apresentam conflitos. Dos estudantes selecionados, em 40 % deles pudemos perceber, de forma velada ou não, a presença de intolerância entre os membros, conseqüências do uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas, falta de emprego ou situação de subemprego, suspeitas de abuso sexual envolvendo os estudantes e seus parentes e diversas carências afetivas entre os estudantes e seus pais / familiares.

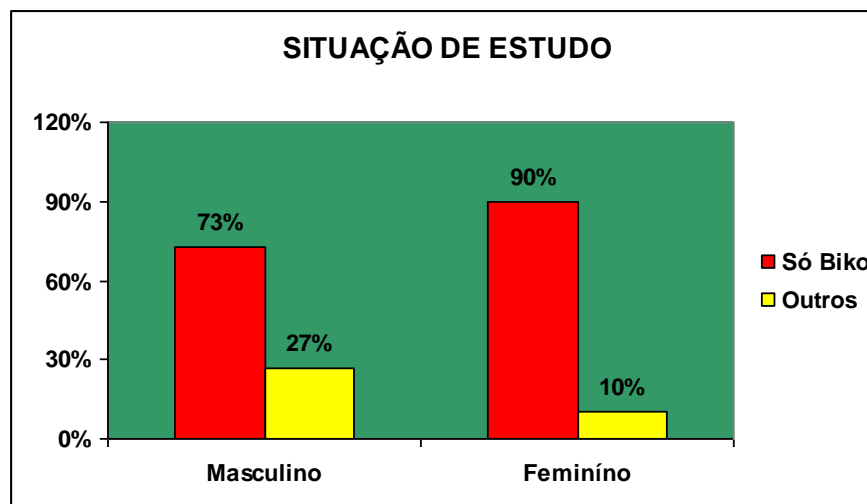
As questões relativas à saúde foram indagadas durante as entrevistas, possibilitando perceber que 18% dos estudantes estão convivendo com algum problema de saúde, como necessidades de pequenas cirurgias, dores intermitentes sem diagnóstico, hipertensão e sintomas de depressão. Entre os familiares dos estudantes foram apresentados alguns destes problemas, incluindo outros ainda mais graves.

Situação de estudo é uma das questões chaves para o desenvolvimento dos estudantes no pré-vestibular do Instituto. Conforme o gráfico abaixo, atualmente a grande maioria dos homens e mulheres apenas estudam na Biko. Os que declaram



estar freqüentando outras Instituições de ensino é minoria e referem-se a cursos técnicos e temporários, com raras exceções de ainda estar no nível médio (02 casos).

**GRÁFICO 3 – SITUAÇÃO DE ESTUDO**



Infelizmente, não se sabe a situação da grande maioria dos estudantes sobre o tempo que estão sem estudar, mas, cerca de 42% das mulheres e 35% dos homens declaram não ter parado os estudos, ou seja, ingressaram na Biko estudando ininterruptamente. Das mulheres que tem-se informação, 25% possuem de 2 até 11 anos sem estudar enquanto os homens 5, 7 e 14 anos sem estudar, dos 3 que informaram.

Quando questionados quanto as suas situações de desempenho acadêmico, os estudantes foram honestos em afirmar acerca do seu histórico acadêmico, relacionando os motivos que os levaram a ingressar e as principais dificuldades encontradas, como problemas de relacionamentos com professores, defasagens de conteúdos que já deveriam possuir na “bagagem” acadêmica, falta de orientação para estudo, etc. Enquanto pré-vestibulandos apresentam dificuldades quanto à escolha do profissional, qual o seu papel na sociedade e no que reflete e no que procede a escolha.

Possuem uma boa relação interpessoal, são receptivos, porém se faz necessário focalizar o objetivo e o papel de cada um neste espaço, pois no conjunto a turma demonstra imaturidade no comportamento grupal, com exemplos de desrespeito e desorganização.

A questão da auto-estima, autoconfiança, motivação e valorização de suas potencialidades para que tenham uma visão mais positivas de si mesmo e do coletivo que estão inseridos, apesar das expressões das questões sociais que lhe acometem no cotidiano, são fundamentais para bons resultados de estudo, pois há muitas lacunas que precisam ser resgatadas do ponto de vista acadêmico e afetivo. Muitos estudantes, cerca de 30% da turma, possuem aptidões para diversas expressões artísticas, como poesia, teatro, dança, música, confecções de artesanatos, dentre outras que precisam ser mais valorizadas para contribuir na elevação da auto-estima, ampliação de melhores relações interpessoais do grupo e na Instituição como um todo.

Estas informações coletadas nos levam a justificar diversas ações do Serviço Social, bem como demonstrar consubstancialmente a demanda posta a Instituição. Do total de estudantes da turma 54% precisam de acompanhamentos sociais, psicossociais e de saúde tanto física quanto mental para tratar questões relacionadas a traumas pessoais ou familiares que poderão atrapalhar no desempenho e esforços rumo à aprovação no vestibular. Necessárias intervenções frente a esta realidade já estão sendo feitas, especialmente encaminhamentos a atendimento psicológico (quatro estudantes), postos e serviços específicos de saúde (cinco) e inúmeros atendimentos posteriores às entrevistas com a assistente social que tenha dado início a triagem do estudante, dentre outras questões mais específicas.

**SERVIÇO SOCIAL**  
**Instituto Cultural Steve Biko**

## O PRÊMIO JOVEM CIENTISTA PARA UMA MULHER NEGRA EX-ALUNA DO INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO



**Sheila (acima). Jacques Wagner, a Jovem Cientista 2008 e o presidente Lula**

Sheila Regina dos Santos Pereira, integrante da equipe pedagógica do Instituto Cultural Steve Biko (ICSB), é a grande vencedora do Prêmio Jovem Cientista<sup>11</sup> 2007, que teve como tema **Educação para reduzir as desigualdades sociais**. O prêmio, que existe desde 1981, é um dos mais importantes da América Latina. Mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Grupo Gerdau e a Fundação Roberto Marinho, seu objetivo é revelar talentos e estimular pesquisas que apontem alternativas expressivas para problemas brasileiros. Nessa edição, concorreram centenas de trabalhos de todo o país, dedicados a investigar perspectivas factíveis de redução das iniquidades sociais, tendo a educação como vetor fundamental.

Com a pesquisa '*OGUNTEC: uma experiência de ação afirmativa no fomento à iniciação científica*', orientada pelo professor Abraão Felix (Universidade Estadual da Bahia), Sheila realizou um estudo acerca da trajetória de 35 estudantes negros (as)

<sup>11</sup> Sheila Pereira recebe Prêmio Jovem Cientista 2007. M atéria completa disponível em <http://www.meionorte.com/edilsonnascimento/sheila-pereira-recebe-premio-jovem-cientista-2007-64129.html> ( acesso em 20 de out. de 2010).

no programa Oguntec, mantido pelo ICSB desde 2002. *'O trabalho é resultado do acompanhamento pedagógico desses estudantes, todos negros e oriundos de escolas públicas, entre os anos de 2005 e 2007. Nele, traçamos um paralelo entre o quadro social brasileiro e a realidade deles, suas limitações, êxitos, problemas com auto-estima, dificuldades de aprendizagem, dentre outros aspectos'*, expõe a jovem pesquisadora, vencedora da *categoria graduado*.

Formada em Estatística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Sheila conhece muito bem a realidade do seu objeto de estudo. Estudante, negra, egressa da escola pública, ela também vivenciou na prática as agruras da falta de políticas de incentivo à produção do conhecimento entre os jovens, sobretudo negros e negras: *“No Brasil, devido as desigualdades sociais atreladas a outras questões, um numero significativo de negros e negras não têm formação superior completa. Isso é resultado de um longo processo de segregação e ausência de políticas efetivas voltadas para atender essa parcela da sociedade”*, enfatiza.